



Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2011

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
1. PERFIL ORGANIZACIONAL.....	5
1.1.Participação no Mercado.....	5
1.2.Copel GeT em Números	5
2. DESTAQUES	6
2.1.Modernização Tecnológica	6
2.2.Novas participações em transmissão de energia elétrica	6
2.3.Horto florestal de UHE Mauá.....	6
2.4.LT Foz do Iguaçu — Cascavel Oeste.....	7
2.5.ISE Bovespa	7
2.6.Agenda Copel de Mudanças Climáticas.....	7
2.7.Certificado Empresa Cidadã	7
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
3.1.Estrutura e Boas Práticas de Governança.....	8
3.2.Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa	10
3.3.Planejamento Estratégico e Gestão	11
3.4.Partes Interessadas	12
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	14
4.1.Cenários	14
4.2.Segmentos de Negócios	17
4.3.Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação (P&D +I).....	22
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	23
5.1.Receita Operacional Líquida	23
5.2.Custos e Despesas Operacionais	23
5.3.EBITDA ou LAJIDA	24
5.4.Resultado Financeiro	24
5.5.Endividamento	24
5.6.Valor Adicionado.....	25
5.7.Investimentos na Concessão	25
6. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	26
6.1.Força de trabalho.....	26
6.2.Apoio a Políticas Públicas.....	33
6.3.Projetos e Programas Corporativos.....	34
6.4.Meio ambiente	36
7. BALANÇO SOCIAL	46
8. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....	49



MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Temos o orgulho e a satisfação de apresentar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Copel Geração e Transmissão S.A., subsidiária integral da Copel, referente ao exercício de 2011, na qual registramos lucro líquido de R\$ 598,9 milhões.

Paralelamente aos bons resultados empresariais alcançados, cabe-nos destacar a expansão dos negócios e a chegada da Copel, por meio das novas concessões em linhas de transmissão, subestações e usinas, aos estados do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão, São Paulo, Rio Grande do Norte e Minas Gerais.

Ao crescer e conquistar novas posições no *ranking* das maiores transmissoras de energia, onde saltamos da 11ª posição para a 8ª em menos de um ano, e aumentarmos a nossa participação entre as geradoras, mantivemos um grande programa de investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento e Operação & Manutenção que nos colocam em um alto nível de competência técnica para disputar e ganhar concessões utilizando a experiência adquirida ao longo dos 57 anos da Copel.

A Usina Hidrelétrica Mauá vai incorporar 361 MW de potência instalada aos parques geradores da Copel e da Eletrosul e será suficiente para atender cerca de um milhão de habitantes. Localizada no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, é a maior obra em construção no Estado e entrará em operação comercial em 2012.

Iniciada em março de 2011, a obra da Usina Hidrelétrica Colíder, localizada no rio Teles Pires, entre os municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba, Colíder e Cláudia, no Estado do Mato Grosso, teve as primeiras frentes dedicadas em promover as escavações e a instalação das estruturas administrativas para o canteiro de obras. Ações como resgate de flora e fauna, resgate arqueológico, monitoramento da qualidade da água, entre outros, inauguraram o cumprimento dos 32 programas socioambientais previstos no Projeto Básico Ambiental da obra, necessário para o licenciamento ambiental do empreendimento.

Em terras paranaenses, a PCH Cavernoso II, com potência instalada de 19 MW e localizada no rio Cavernoso entre os municípios de Virmond e Candói, teve o início de suas obras de implantação em abril de 2011, e o início da operação comercial está previsto para o final de 2012. O investimento total planejado é da ordem de R\$ 120,0 milhões.

Com olhar para o futuro mas sem esquecer do passado, a Copel iniciou o projeto de modernização da Usina Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, a de maior potência no seu parque gerador, que completou 31 anos. Outras três usinas receberam serviços emergenciais para recuperação de danos causados por enchentes ocorridas no início de 2011. São elas Chaminé, localizada na Serra do Mar, São Jorge e a centenária Pitanguí, localizadas no município de Ponta Grossa.



COPEL

Copel Geração e Transmissão S.A.



Para garantir os excelentes níveis de disponibilidade do seu sistema elétrico, formado por 2.029 km de linhas de transmissão e 31 subestações, a Copel Geração e Transmissão deu continuidade ao programa de melhorias nas suas instalações da Rede Básica.

A inauguração, no início de dezembro de 2011, da linha de transmissão Foz do Iguaçu- Cascavel Oeste em 525 kV, pela qual a energia da cota de produção da Usina de Itaipu para os estados do Sul será transportada, é um marco para o sistema elétrico interligado. Trata-se de um empreendimento de R\$ 100,0 milhões construído pela Copel, parte do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, assim como a Usina Mauá.

E por fim, o que era alternativo hoje tem-se como necessário: Buscar novas fontes de energia renováveis e inseri-las na matriz energética, que é a principal diretriz estratégica do nosso negócio. Tudo isso com a participação criativa e o entusiasmo dos nossos empregados que, sob orientação do nosso governador Beto Richa e dos órgãos societários da Copel, direcionam o nosso dia a dia para o sucesso que temos alcançado nas nossas incursões por novos negócios, novos mercados e novas possibilidades de projetar o nome da Copel no setor elétrico nacional e internacional.

Por fim, convidamos à leitura das informações detalhadas sobre essas importantes realizações e de todas as outras que foram empreendidas em 2011.

Curitiba, 18 de abril de 2012

Jaime de Oliveira Kuhn

Diretor Presidente

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Copel Geração e Transmissão ou Companhia), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel (Copel ou Controladora), atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração e transmissão de energia. Opera um sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas. Informações detalhadas na Nota Explicativa - NE 01.

1.1. Participação no Mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica ⁽¹⁾	5,3	⁽²⁾ 29,0	^{(2) (3)} 58,7
Transmissão de energia elétrica ⁽⁴⁾	2,5	14,2	46,2

⁽¹⁾ Não incluídas as participações da Copel Geração e Transmissão

⁽²⁾ Não incluída a Usina de Itaipu

⁽³⁾ Não inclui as usinas do Rio Paranapanema

⁽⁴⁾ O mercado refere-se à Receita Anual Permitida - RAP

1.2. Copel GeT em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2011	2010	variação % 2011-2010
Indicadores Contábeis			
Receita operacional ou vendas brutas	2.328.074	1.991.663	16,9
Deduções da receita	289.029	270.107	7,0
Receita operacional líquida ou vendas líquidas	2.039.045	1.721.556	18,4
Custos e despesas operacionais do serviço	1.351.074	1.094.516	23,4
Resultado das atividades	687.971	627.040	9,7
EBITDA ou LAJIDA	946.878	889.842	6,4
Resultado financeiro	101.643	62.311	63,1
IRPJ/CSLL	187.207	156.884	19,3
Lucro líquido	598.920	529.122	13,2
Patrimônio líquido	5.739.789	5.726.081	0,2
Juros sobre o capital próprio	226.913	219.702	3,3
Dividendos distribuídos	443.966	282.962	56,9
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,0	1,8	(44,4)
Liquidez geral (índice)	0,8	1,0	(20,0)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	46,4	51,7	(10,3)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	29,4	30,7	(4,2)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	10,5	10,2	2,9

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

2. DESTAQUES

2.1. Modernização Tecnológica

Através de sua Controladora, foram implantados dois novos programas, o Sistema de Gestão Integrada de Consumidores - CIS e o Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP, que são poderosas ferramentas de gestão e controle de todos os processos administrativos, financeiros e comerciais, o que propiciará ganhos na otimização e agilidade de seus processos internos, garantindo, assim, o atendimento à regulação do Setor Elétrico.

CIS

Em agosto de 2011 entrou em operação o Sistema de Gestão Integrada de Consumidores - CIS, que permitiu integrar os bancos de dados de consumidores da Copel e aperfeiçoar os processos envolvidos em seu gerenciamento — como atendimento, serviço, leitura, faturamento, arrecadação e cobrança — conferindo alta velocidade e grande precisão ao processamento de informações, monitoramento automático dos processos e confecção de relatórios gerenciais em tempo real.

ERP

Em janeiro de 2012 entrou em operação o Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP, que integra e facilita o fluxo de informações entre atividades administrativas, como aquisição de materiais e serviços, controle de estoques, ativos e inventários, interação com fornecedores, gestão de contas a pagar e a receber, informações contábeis e financeiras e gestão de recursos humanos.

2.2. Novas participações em transmissão de energia elétrica

Em 2011, através de licitação mediante leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, a Copel GeT adquiriu participações nas empresas Costa Oeste S.A, Caiuá S.A, Sul Brasileira S.A, Marumbi S.A. e Integração Maranhense S.A.(constituídas em 2012), titulares de concessões de serviço público para implantação, operação e exploração de instalações de transmissão de energia elétrica no âmbito da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

2.3. Horto florestal de UHE Mauá

Em junho de 2011 foi inaugurado o Horto das Caviúnas, localizado em Telêmaco Borba, junto ao canteiro de obras da UHE Mauá.

O horto serve à preservação e reprodução de diversas espécies coletadas durante o processo de supressão vegetal para a formação do reservatório da usina e que serão utilizadas nos programas de reflorestamento da Copel, tanto nas áreas de conservação ambiental no entorno do reservatório quanto em programas de arborização urbana.

2.4. LT Foz do Iguaçu — Cascavel Oeste

Em 2011, entrou em operação a nova LT em 525 kV, ligando as subestações Foz do Iguaçu — pertencente à empresa Furnas Centrais Elétricas — e Cascavel Oeste. O empreendimento, com quase 116 km de extensão, demandou investimentos próximos de R\$ 100,0 milhões.

2.5. ISE Bovespa

A sétima edição do ISE confirma a permanência das ações da Controladora, em 2012, na carteira formada por papéis das empresas brasileiras sustentáveis e socialmente responsáveis da BM&FBovespa. A Copel participa do ISE desde sua criação, em 2005, e desde então, fazemos parte da carteira, com exceção do ano de 2008.

2.6. Agenda Copel de Mudanças Climáticas

Em junho de 2011, foi aprovada e publicada em nosso *site* a Agenda Copel de Mudanças Climáticas, a qual apresenta os compromissos que a Companhia assume para os próximos anos em relação ao tema.

2.7. Certificado Empresa Cidadã

A Copel Geração e Transmissão recebeu em 2011 o Certificado Empresa Cidadã, conferido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Sistema Firjan e Fecomércio, pelas informações do Balanço Social 2010.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel GeT, por meio da sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa, e utiliza como parâmetro o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, nos termos de seu Código das Melhores Práticas. Os administradores almejam, dessa forma, contribuir para sua perenidade, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental; aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas; minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros; e aumentar o valor da Companhia, viabilizando a estratégia de captação de recursos.

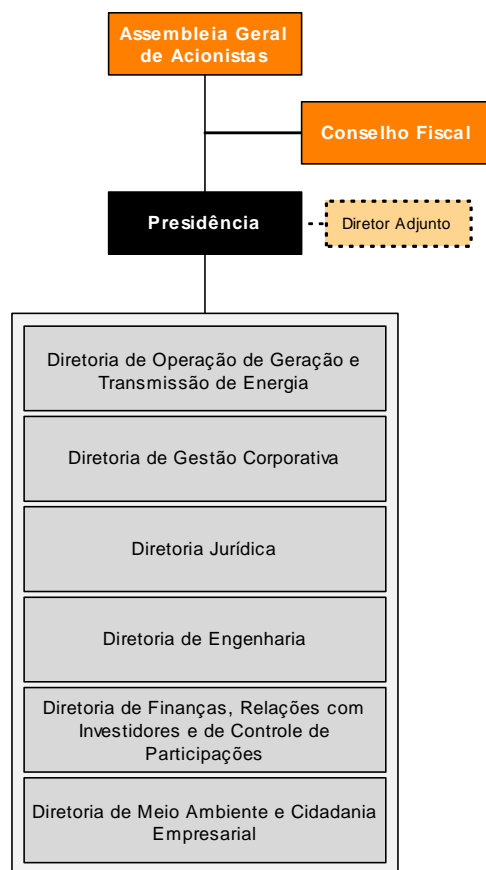
A Companhia adota regimentos internos para todos os seus órgãos colegiados, que contêm orientação para tratar eventuais conflitos de interesse, tema este também presente no Código de Conduta da Controladora e de suas subsidiárias.

Com a adesão ao nível 1 de governança corporativa da BM&FBovespa, a Copel reiterou os compromissos de atender aos princípios de transparência junto ao mercado de capitais.

Os indicadores e as metas definidos no processo de autoavaliação da gestão resultaram na elaboração do Relatório de Gestão submetido à avaliação do Prêmio Nacional de Qualidade em 2010. Em 2011, o compromisso da Controladora com a conduta ética, transparente e com as melhores práticas de governança corporativa foi reconhecido, tendo a Controladora mantido suas ações no ISE da Bovespa.

3.1. Estrutura e Boas Práticas de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Copel Geração e Transmissão:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética. Além destes a Controladora mantém o Comitê de Gestão de Riscos, o qual destacamos a seguir:

- **Gestão de Riscos**

O processo de Gestão Integrada de Riscos Corporativos teve início na Controladora, em 2006, com o objetivo de acompanhar a gestão de riscos nas áreas corporativas e nas subsidiárias integrais, procurando maximizar, de maneira consistente e permanente, os valores econômico, social e ambiental para todas as partes interessadas.

A Política e o Modelo de Gestão de Riscos foram implementados em 2009, definindo os princípios e as diretrizes de atuação da Companhia. Entre os princípios norteadores estão a classificação e a forma de avaliação dos riscos, a definição de parâmetros de apetite ao risco, bem como o Princípio da Precaução, já que a Companhia não só prevê a probabilidade de ocorrência de danos, como também promove mecanismos de mitigação dos riscos.

Devido à incerteza intrínseca dos riscos, a Copel considera, além dos impactos financeiros, também os impactos qualitativos. Além disso, a Companhia analisa medidas de mitigação dos riscos, adotando controles, indicadores e planos de ação que levam à priorização dos riscos e apoia a tomada de decisões.

A estratégia adotada pela Copel Geração e Transmissão através de sua Controladora, permite considerar os riscos em seu processo decisório segundo os seguintes níveis de abordagem:

- Riscos-chave de negócio: são os riscos associados aos objetivos estratégicos da Companhia e, desta forma, a gestão é de responsabilidade da Alta Administração (CAD, Diretoria e Comitê de Riscos).
- Riscos-chave de processos: são os riscos relacionados aos processos, de responsabilidade dos gestores de processos.
- Riscos-chave de projetos: são os riscos vinculados aos projetos estratégicos, cuja gestão é de responsabilidade dos gestores de projetos.

Em 2011 a Companhia deu continuidade ao monitoramento dos riscos-chave de negócio e intensificou ações voltadas à avaliação dos riscos relativos à composição de novos negócios e participação em leilões promovidos pela Aneel, tendo em vista o interesse estratégico em tais empreendimentos.

3.2. Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa

O documento tem como objetivo estabelecer as diretrizes de sustentabilidade e cidadania empresarial norteadoras das decisões e ações da Companhia, buscando a sustentabilidade empresarial, respeito a todas as partes interessadas e ampla promoção da diversidade e da ética na condução dos negócios. A Política está baseada na missão e valores corporativos e nos Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, bem como nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e é complementar ao Código de Conduta da Controladora e de suas subsidiárias.

Os Princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial são: Comprometimento; Atitude Pró-ativa diante da Lei; Diálogo, Comunicação e Transparência; Respeito à Dinâmica Socioambiental; Responsabilidade Individual e Valorização da Diversidade.

3.3. Planejamento Estratégico e Gestão

- **Referencial Estratégico**

Visão

Simplemente a Melhor da Década.

Missão

Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Princípios e Valores

Conjunto de crenças e pressupostos que balizam a gestão estratégica, organizacional e das pessoas e que orientam todas as ações e decisões internas e externas da Companhia e de seus membros:

- **Ética** - Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às Pessoas** - Consideração com o próximo.
- **Dedicação** - Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência** - Prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança** - Ambiente de trabalho saudável em que os empregados e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade** - Condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação** - Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

Em 2011, o Planejamento Estratégico Integrado da Copel foi elaborado de acordo com o Referencial Estratégico, que estabelece e baliza o posicionamento futuro. O Referencial Estratégico da Companhia foi redefinido em abril de 2011, a partir do trabalho desenvolvido por profissionais de todas as diretorias.

Os esforços foram na busca de resultados para atender a dois grandes desafios estratégicos: excelência operacional e expansão sustentável.

Para a contribuição e o alcance dos resultados esperados, o foco do planejamento empresarial foi a execução do plano estratégico, tendo como principais atividades:

- Comunicação da estratégia, envolvendo o universo de gerentes e empregados, com o objetivo de promover entendimento, motivação e comprometimento;
- Reuniões de análises críticas e estratégicas visando o aprimoramento do processo de desenvolvimento e gestão da estratégia, a partir da qualificação dos critérios e metodologias;
- Qualificação dos indicadores e metas para os diferentes níveis hierárquicos seguindo as boas práticas do mercado e premissas da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ, através do Modelo de Excelência de Gestão;
- Desdobramento da estratégia em toda a organização e publicação do Painel Estratégico e do Cockpit de Indicadores e Metas, de forma a garantir que toda a Companhia pudesse acompanhar os resultados obtidos; e
- Criação do Escritório de Projetos Corporativo com o objetivo de subsidiar no desenvolvimento e controle dos projetos.

A Diretoria da Copel decidiu pela adoção do Modelo de Excelência da Gestão - MEG da FNQ. Este modelo tem o objetivo de promover a melhoria da gestão empresarial, tendo como referência os fundamentos de excelência, reconhecidos internacionalmente e que são encontrados em organizações líderes de Classe Mundial.

3.4. Partes Interessadas

- **Diálogo com o Público Interno**

Como forma de dar prosseguimento ao Plano de Gestão de Pessoas em 2011, a Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, realizou em setembro, por meio de instituto terceirizado, a Pesquisa de Opinião dos Empregados. O Plano de Gestão de Pessoas está alinhado ao Planejamento Estratégico da Companhia e tem o intuito de garantir melhores condições de trabalho e uma comunicação eficiente com os empregados. A Pesquisa de Opinião dos Empregados substituiu a Pesquisa de Clima Organizacional.

A pesquisa mediu a satisfação, comprometimento e a felicidade em trabalhar na Companhia utilizando o Índice de Felicidade no Trabalho - IFT. A metodologia utilizada foi quali-quantitativa, que significa aplicação de questionários de autopreenchimento e realização de grupos focais. Entre os



COPEL

Copel Geração e Transmissão S.A.



resultados obtidos cabe destacar que 85,9% dos empregados consideram a Companhia ótima ou boa para se trabalhar e que 71,2% estão muito felizes ou felizes em trabalhar na Companhia.

- **Diálogo com Fornecedores**

Parte importante da cadeia produtiva, os fornecedores encontram na Copel Geração e Transmissão um parceiro de negócios atento às necessidades para melhor atender e fortalecer o diálogo com vistas à melhoria dos serviços prestados aos clientes.

Tão logo encontra os fornecedores para determinado produto, a Copel Geração e Transmissão, seguindo as diretrizes da sua Controladora, propõe reuniões de integração efetuadas a cada novo contrato, antes do início dos serviços, onde são abordados os assuntos acerca das práticas de segurança e saúde no trabalho exigidas pela Companhia, questões relativas ao meio ambiente e responsabilidade social, bem como as cláusulas contidas no Código de Conduta da Copel e suas subsidiárias.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. Cenários

4.1.1. Análise Internacional

Passados mais de três anos do início da crise financeira internacional, os dados do Fundo Monetário Internacional - FMI indicam uma recuperação mais rápida dos países de economias emergentes e uma incerta recuperação dos países desenvolvidos. As economias avançadas possuem elevadas dívidas, em função do socorro ao setor privado durante a crise de 2008, e as projeções apontam para a manutenção de baixo crescimento e desemprego. Dentro do bloco da União Europeia não há consenso em se resolver a crise da dívida dos PIIGS — Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Desta forma se mantém o risco de nova crise no sistema financeiro, já que os grandes bancos são os maiores credores destes países. Por outro lado, o desempenho econômico dos países que constituem os BRIC — Brasil, Rússia, Índia e China — está acima do previsto logo após o início da crise financeira, com a China na base de sustentação dos mercados de *commodities*. As projeções do FMI para o crescimento da economia mundial, das economias desenvolvidas e dos mercados emergentes em 2012 são de 3,3%, 1,2% e 5,4%, respectivamente.

4.1.2. Análise Nacional

A adoção de uma política macroeconômica consistente, baseada no controle da inflação, responsabilidade fiscal e no câmbio flutuante, aliada a uma moderna regulação do sistema financeiro nacional, tem sido essencial para a estabilidade financeira. Isso permitiu um aumento da renda *per capita* e a redução da desigualdade social. Reflexos deste contexto foi a melhoria na classificação do risco da dívida brasileira por três respeitadas agências internacionais em 2011.

A renda e a massa salarial possuem perspectivas de elevação no curto prazo, devido ao aumento do salário mínimo a partir de 1º.01.2012. O estreitamento entre desemprego efetivo e natural implica ganhos reais aos salários ao longo dos anos e o efeito estrutural é a distribuição de renda. Se, por um lado, os reajustes salariais e a manutenção do emprego sustentam o otimismo, por outro os juros em patamares ainda elevados, o aumento do endividamento e a aceleração da inflação devem conter esta confiança.

As incertezas em relação ao cenário internacional, que afetariam a economia brasileira através dos canais de crédito e confiança, deram espaço para que o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduzisse o aperto monetário no segundo semestre de 2011. Com a demanda doméstica

em patamar elevado, a inflação atingiu o teto previsto para o ano, mas a previsão é de que irá convergir ao centro da meta em 2012. O modesto crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro em 2011, explicado em partes pela elevada base do ano anterior, foi sustentado pelo valor adicionado dos serviços, na ótica da produção, e pela despesa de consumo das famílias na ótica da demanda. As estimativas do Fundo Monetário Internacional para o PIB brasileiro de 2012 e 2013 são de 3,0% e 4,0%, respectivamente.

4.1.3. Análise Estadual

O balanço dos indicadores econômicos do Paraná em 2011 mostra que o Produto Interno Bruto estadual cresceu 4,0%, superando a expansão da economia brasileira, segundo dados apurados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social - Ipardes. Os resultados das pesquisas realizadas ao longo do ano apresentam números bastante positivos, que refletem a aposta no crescimento realizada pelos agentes econômicos atuantes no Paraná. A diferença entre as duas taxas de crescimento, favorável ao Estado, pode ser atribuída principalmente ao setor industrial. De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, os dados da produção física paranaense mostram que o Estado registrou taxas acima da média Brasil e da região Sul em 2011. As estatísticas com recordes na geração de emprego formal e os significativos resultados do comércio e exportações ao longo do ano também ressaltam o dinamismo da economia paranaense.

A partir de 2012 projeta-se uma economia com vetores de crescimento na ampliação do complexo metalmeccânico, derivada do retorno dos investimentos produtivos, preponderantemente transnacionais, na maturação das inversões na petroquímica, na continuidade da trajetória ascendente da produtividade agrícola e no adensamento da cadeia agroindustrial, em direção da oferta de bens alimentares elaborados. Além disso, como importante determinante da expansão da economia local, pode-se citar o aumento dos investimentos como proporção do gasto público estadual, redundando na ampliação e na modernização da infraestrutura física, o que deverá garantir externalidades positivas ao setor produtivo, com subseqüentes ganhos em termos de competitividade.

4.1.4. Análise Setorial

- **Prorrogação das Concessões**

Em 2015 vencem as concessões de cerca de 20% da geração de energia elétrica do país (21,5 GW de Potência Instalada) e 73.000 km de Linhas de Transmissão - LT (83% da rede Básica do SIN). O debate sobre qual o melhor tratamento a ser dado a essa questão das concessões,



Copel Geração e Transmissão S.A.



renovação ou licitação, demanda solução que proporcione e assegure condições adequadas de investimentos e de segurança energética para o Brasil.

Dentre as possibilidades, duas opções são possíveis: adequação da legislação para que se permita nova prorrogação de concessões ou um processo de licitação das concessões quando do vencimento dos contratos.

Em ambos os cenários a modicidade tarifária se destaca como uma variável decisiva nesse processo e juntam-se a ela a necessidade da manutenção do parque existente, a necessidade de garantias para a continuidade dos serviços com qualidade de atendimento aos consumidores e retorno adequado aos concessionários. Além disso, a solução indicará como se dará a manutenção dos investimentos na expansão do sistema.

Apenas a PCH de Rio dos Patos, com 1,7 MW de potência instalada, localizada em Prudentópolis, no Paraná, está entre as usinas da Companhia que ainda não foi prorrogada. Com vencimento para fevereiro de 2014, deverá ser prorrogada por um período de até 20 anos, conforme previsto no artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. O requerimento com o pedido de prorrogação foi encaminhado para a Aneel e encontra-se atualmente em análise.

A Copel GeT, em 2015, terá o vencimento da concessão de parte importante dos seus sistemas de transmissão e de pequena parte de seu parque gerador.

Nesse contexto, a Companhia vem buscando junto a todos os agentes e órgãos setoriais uma solução transparente, ágil, isonômica e que as regras sejam apresentadas com a antecedência necessária.

Temos também a expectativa de que a opção seja pela renovação das concessões naturalmente em condições que permitam a manutenção da qualidade de serviços prestados, estabelecimento das tarifas justas para os consumidores, e a preservação da viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

Por orientação da Aneel, a Copel Geração e Transmissão apresentará em maio de 2012 os requerimentos de Prorrogação das Concessões para as usinas Mourão I, Chopim I e Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza - GPS e dos contratos de concessão da transmissão, que vencem em 2015.

- **Comercialização de energia**

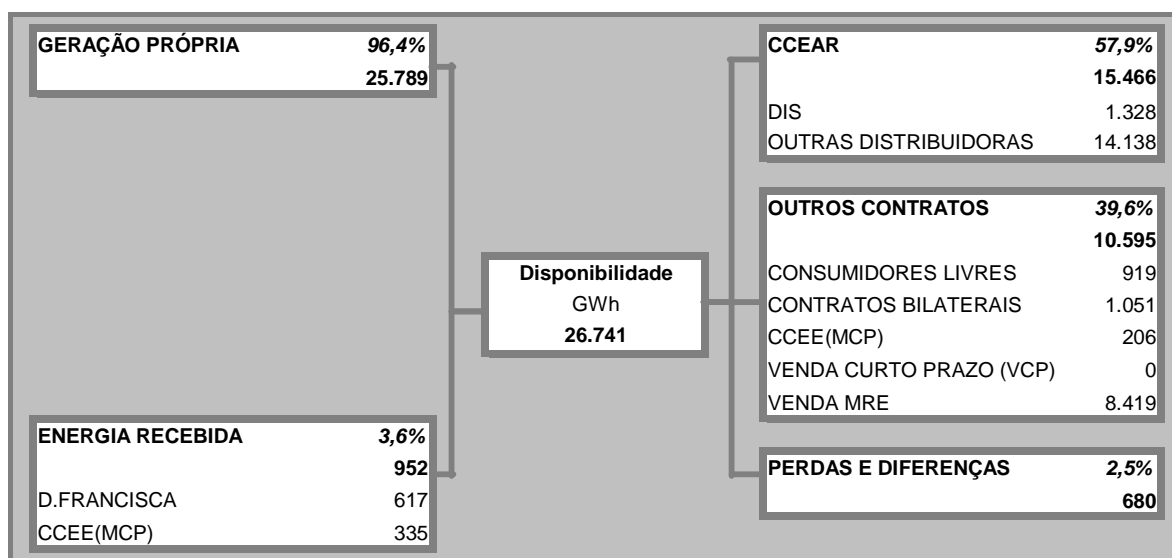
Em 2011, a Companhia firmou novos contratos no ambiente de contratação livre, conforme segue:

Energia Convencional:

Em MW médios	2012	2013	2014	2015	2016
Venda para comercializadores	20	135	122	30	23
Venda para consumidores livres	54	63	61	61	58

Energia Incentivada com 50% de desconto na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD:

- 2,1 MW médios para fornecimento de janeiro de 2013 a dezembro de 2014.
- **Fluxo de Energia (em % e GWh)**



Valores sujeitos a alterações após o fechamento pela CCEE
 CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
 MRE = Mecanismo de Realocação de Energia
 CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
 MCP = Mercado de Curto Prazo

4.2. Segmentos de Negócios

4.2.1. Geração

A Copel GeT detém e opera 18 usinas próprias, sendo 17 hidrelétricas e uma termelétrica, com capacidade instalada total de 4.549,6 MW e energia assegurada de 1.958,6 MW médios. Em 2011, esses ativos geraram 25.789 GWh, 99,7% desse total de fonte hidrelétrica. A geração de energia elétrica em nossas usinas é supervisionada e coordenada por nosso Centro de Operação da Geração em Curitiba.

Além disso, a Copel Geração e Transmissão obteve concessões para construir e operar as seguintes usinas:

- **Expansão de geração de energia**

UHE Mauá: Com início de sua construção em 2008, a UHE Mauá incorporará 361 MW de potência instalada aos parques geradores da Copel e da Eletrosul e será suficiente para atender a cerca de um milhão de habitantes. O empreendimento está sendo implementado por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS, que tem a participação da Copel GeT (51%) e da Eletrosul (49%). A UHE Mauá, localizada no trecho médio do Rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro-leste do Estado do Paraná, é a maior obra em construção no Estado e entrará em operação comercial no segundo semestre de 2012. Maiores detalhes na NE 11.5.

UHE Colíder: A Concessão do empreendimento UHE Colíder, com 300 MW de capacidade instalada, foi arrematada em leilão em julho de 2010 pela Copel. Está localizado no Rio Teles Pires, nos municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba, Colíder e Cláudia, no Estado do Mato Grosso. O Contrato de Concessão foi firmado em janeiro de 2011 e o projeto tem investimento total previsto da ordem de R\$ 1,6 bilhão. O início das obras ocorreu em março de 2011, com início da geração comercial previsto para dezembro de 2014.

PCH Cavernoso II: Com potência instalada de 19 MW, teve sua energia comercializada pela Companhia no Leilão de Energia Nova promovido pela Aneel em agosto de 2010. Está localizada no rio Cavernoso, entre os municípios de Virmond e Candió, no Paraná. O início das obras de implantação ocorreu em abril de 2011 e a entrada da operação comercial está prevista para o final de 2012. O projeto tem investimento total previsto da ordem de R\$ 120,0 milhões.

UHE São Jerônimo: O projeto compreende o futuro aproveitamento hidrelétrico São Jerônimo, com potência instalada prevista de 331 MW, localizado no rio Tibagi, no Estado do Paraná. A implantação do empreendimento terá como base a concessão de uso do bem público constante do Edital de Leilão Aneel 02/2001 e que está adjudicada ao Consórcio São Jerônimo, no qual a Copel possui 41,2% de participação. Para o início das obras é necessária a autorização do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal, visto que o reservatório da usina atinge áreas indígenas.

- **Novos Empreendimentos**

Em consonância com a estratégia de expansão da geração, a Companhia está se preparando para participar de leilões de energia na disputa por concessões de aproveitamentos de interesse em todas as regiões do Brasil, em especial os aproveitamentos localizados no Estado do Paraná e em rios da Bacia do Tapajós, a atual fronteira de expansão de geração hidrelétrica do Brasil.

Com o objetivo de obter diferencial competitivo quando da participação em leilões onde estes empreendimentos venham a ser disputados, a Companhia está elaborando os estudos de viabilidade de quatro aproveitamentos no rio Piquiri e contratando estudos de cinco aproveitamentos no Rio Tibagi: UHE Tibagi Montante - 32,0 MW, UHE Santa Branca - 58,0 MW, UHE Telêmaco Borba - 109,0 MW, UHE Cebolão Médio - 120,0 MW e UHE Limoeiro - 142,0 MW.

O Ministério de Minas e Energia já agendou um leilão de energia para agosto de 2012, voltado para a contratação de energia gerada a partir de usinas hidrelétricas. A expectativa é leiloar usinas que não tiveram a licença prévia ambiental concedida a tempo do último leilão, realizado em dezembro.

4.2.2. Transmissão

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. A Copel GeT detém e opera 2.029 km de linhas de transmissão e 31 subestações da Rede Básica, com potência de transformação da ordem de 10.000 MVA.

As obras de Subestações - SE e Linhas de transmissão - LT destinam-se à expansão e reforço do Sistema Interligado Nacional - SIN (rede básica). Estão contemplados os empreendimentos conquistados em leilões da Aneel, as obras autorizadas por meio de Resoluções Autorizativas e as contempladas no Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico. Em 2011 foram investidos valores superiores a R\$ 112,0 milhões nesse conjunto de projetos.

- **Obras autorizadas pela Aneel**

Várias obras de ampliações autorizadas pela Aneel foram executadas em 2011, incluindo instalações de novos transformadores. Destaques para a conclusão das instalações de novos transformadores nas subestações de Guaira (150 MVA/230 kV), Posto Fiscal (150 MVA/230 kV), Foz do Chopin (150 MVA/230 kV) e Distrito Industrial de São José dos Pinhais (2x150 MVA/230 kV). A conclusão destes projetos gerou um acréscimo de R\$ 8,1 milhões de Receita Anual Permitida - RAP para Copel.

- **LT Umuarama — Cascavel Oeste e SE Umuarama**

A Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. foi criada após o Consórcio Costa Oeste, formado pela Copel (51%) e pela Eletrosul (49%), ter arrematado em setembro de 2011, em leilão promovido pela Aneel, a concessão para construir e operar sistema de transmissão composto de:

- LT 230 kV Cascavel Oeste — Umuarama, 143 km e

- SE 230/138 kV Umuarama, 300 MVA.

- **LT interligando os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**

O Consórcio Sul Brasileiro, formado pela Copel (20%) e Eletrosul (80%), arrematou em dezembro de 2011, a concessão para construir e operar o sistema de transmissão composto de:

- LT 230 kV Nova Santa Rita — Camaquã 3, 140 km;
- LT 230 kV Camaquã 3 — Quinta, 163 km;
- LT 525 kV Salto Santiago — Itá, 190 km;
- LT 525 kV Itá — Nova Santa Rita, 305 km e
- SE 230 kV Camaquã 3, 166 MVA.

- **LT e subestações em 230 kV no Paraná**

O Consórcio Caiuá, formado pela Copel (49%) e Elecnor (51%), arrematou em dezembro de 2011, a concessão para construir e operar o sistema de transmissão composto de:

- LT 230 kV Umuarama — Guaíra, 105 km;
- LT 230 kV Cascavel Oeste — Cascavel Norte, 31 km;
- SE 230 kV Santa Quitéria, 400 MVA e
- SE 230 kV Cascavel Norte, 300 MVA.

- **LT e Subestação Curitiba Leste**

O Consórcio Marumbi, formado pela Copel (80%) e Eletrosul (20%), arrematou em dezembro de 2011, a concessão para construir e operar o sistema de transmissão composto de:

- LT 525 kV Curitiba — Curitiba Leste, 28 km;
- SE 525/230 kV Curitiba Leste, instalação de (3 +1 res.) x 224 MVA

- **LT Açailândia — Miranda II, no Maranhão**

O Consórcio Linha de Transmissão Integração Maranhense, formado por Copel (49%) e Elecnor (51%), arrematou, em dezembro de 2011, a concessão para construir e operar o sistema de transmissão composto da LT 500 kV Açailândia — Miranda II, 365 km (Estado do Maranhão).

- **LT Foz do Iguaçu — Cascavel Oeste**

O marco de destaque foi a conclusão, em dezembro de 2011, do maior empreendimento em linha de transmissão em 525 kV da Copel, interligando as Subestações de Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste, com 116 km de extensão e investimento de cerca de R\$ 100,0 milhões. Obra integrante do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC, é fundamental para o Paraná e estratégica para a Copel, que passará a transportar para os três estados do Sul a cota de produção de energia da Usina de Itaipu, representando acréscimo na receita anual da Companhia de R\$ 8,5 milhões.

- **Receitas de Transmissão**

Através da Resolução Homologatória nº 1.171/2011, a Aneel estabeleceu a RAP para o ciclo julho/2011 a junho/2012 pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão.

A Companhia é detentora de seis contratos de concessão de transmissão sendo quatro em operação comercial com direito ao recebimento de receitas e outros dois em fase de construção. Os reajustes das receitas foram efetuados conforme estabelecido em cada contrato.

O Contrato de Concessão 060/2001, que compreende as instalações de transmissão do sistema existente e ampliações autorizadas pela Aneel, e o Contrato de Concessão 075/2011, referente à LT Bateias/Jaguariaíva, tiveram seus reajustes efetuados pelo IGP-M acumulado no período, de 9,77%.

Quanto aos Contratos de Concessão 006/2008, referente à LT Bateias — Pilarzinho, e o 027/2009, da LT Cascavel Oeste — Foz do Iguaçu, estes foram reajustados pelo IPCA acumulado no período, de 6,55%. Para estes contratos a Aneel autorizou reajuste adicional de 2,60% para compensar o efeito da prorrogação da RGR até o final de 2035, conforme Medida Provisória nº 571/2010.

Também através da Resolução nº 1.152/2011, a Aneel homologou o resultado definitivo da segunda revisão periódica da RAP. Atendendo recurso interposto pela Copel, a Aneel reconsiderou os cálculos da revisão no que diz respeito à forma de consideração da depreciação dos ativos. Com isto, houve adicional de R\$ 9,9 milhões na sua RAP no ciclo 2011-2012.

4.2.3. Participações

A Copel Geração e Transmissão tem participação societária em empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Setor geração (2.407 MW):

Empreendimento	Potência instalada total (MW)	Participação da Copel GeT
Centrais Eólicas do Paraná Ltda. ⁽¹⁾	2,5	70,0%
UEG Araucária Ltda.	484,1	60,0%
Consórcio Cruzeiro do Sul - UHE Mauá	361,0	51,0%
Consórcio São Jerônimo (Projeto)	331,0	41,2%

⁽¹⁾ Em processo de incorporação à Copel Geração e Transmissão S.A.

Setor transmissão:

Os empreendimentos a seguir fazem parte de sociedades com propósito específico firmados com a Eletrosul.

Empreendimento	Empresa	Participação da Copel GeT
Linha de Transmissão (SIN) Cascavel Oeste — Umuarama - circuito 230 kV e Subestação (SIN) Umuarama 230/138 kV	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	51%
Linha de Transmissão (SIN) Nova Santa Rita — Camaquã 3, 230 kV Linha de Transmissão (SIN) Camaquã — Quinta, 230kV Linha de Transmissão (SIN) Salto Santiago — Ita, 525 kV; Linha de Transmissão (SIN) Ita — Nova Santa Rita, 525 kV Subestação (SIN) Camaquã 3 2x83 MVA, 230/69/13,8 kV	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	20%
Linha de Transmissão (SIN) Curitiba — Curitiba Leste, 525 kV, CS, 28 km Subestação (SIN) Curitiba Leste 525/230 kV (3 +1 res.) x 224 MVA	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	80%

4.3. Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação (P&D +I)

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, em 2011 a Companhia participou de 13 projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, sendo seis estratégicos, nos quais a Copel participa de forma cooperada com outras empresas e cujos temas são estabelecidos pela Aneel, aplicando aproximadamente R\$ 3,1 milhões.

Dentre os projetos que compõem o Programa de P&D, destacam-se os seguintes:

- Avaliação de gases de efeito estufa - GEE da área de influência de reservatório em construção (estudo de caso: Mauá), e
- Análise de estruturas de concreto de barragens, subestações e postes por tomografia computadorizada 2D e 3D.

Dentre os projetos estratégicos, atua como empresa proponente no projeto "Otimização do despacho hidrotérmico através de algoritmos híbridos com computação de alto desempenho".

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. Receita Operacional Líquida

Em 2011, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 317,5 milhões, representando 18,4% de aumento em relação a 2010. Tal variação decorre principalmente de:

- 1) Acréscimo na **Receita de Suprimento de Energia Elétrica** em R\$ 136,7 milhões, em virtude principalmente do (a) reajuste de preços dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR e dos contratos bilaterais; (b) da entrada em vigor do CCEAR da UHE Mauá em 2011; (c) da maior receita na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE;
- 2) Acréscimo na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica** de R\$ 109,6 milhões, decorrente principalmente do reajuste tarifário; e
- 3) Acréscimo na **Receita de Construção** de R\$ 77,8 milhões. A Companhia contabiliza receitas relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica, as quais totalizaram R\$ 41,0 milhões em 2011 e R\$ 118,8 milhões em 2010. Os respectivos gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do período, como **custo de construção**, quando incorridos.

5.2. Custos e Despesas Operacionais

Tiveram acréscimo de R\$ 256,6 milhões em 2011, representando um aumento de 23,4%, influenciados, principalmente por:

- 1) Acréscimo de R\$ 14,1 milhões na **conta Energia Elétrica Comprada para Revenda** em função principalmente do aumento custo de aquisição da energia adquirida em Leilão;
- 2) Acréscimo de R\$ 42,7 milhões em **Pessoal e Administradores**, decorrente principalmente da revisão do plano de cargos e salários, do reajuste salarial, conforme acordo coletivo que passou a vigorar em outubro de 2011 e ao Programa Permanente de Sucessão e Desligamento Voluntário - PSDV;
- 3) Acréscimo de R\$ 7,3 milhões na conta de **Planos Previdenciário e Assistencial**, decorrente principalmente dos valores apropriados em despesa no Plano Assistencial Pós Emprego, definido no laudo atuarial de 2011;
- 4) Acréscimo de R\$ 12,5 milhões na conta de **Serviços de Terceiros**, decorrente principalmente do aumento em manutenção civil, serviços em área verde, treinamentos e viagens;

- 5) Acréscimo de R\$ 155,6 milhões em **Provisões e Reversões** decorrentes principalmente em aumento de R\$ 117,6 referente a ação de Ivaí e R\$ 37,1 milhões em provisões para créditos de liquidação duvidosa. Maiores detalhes NE nº 23.6.

5.3. EBITDA ou LAJIDA

Cálculo do EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) Em R\$ mil	Geração e Transmissão	
	2011	2010
Lucro líquido	598.920	529.122
IRPJ e CSLL	187.207	156.884
Resultado da equivalência patrimonial	3.487	3.345
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(101.643)	(62.311)
Lajir/Ebit	687.971	627.040
Depreciação e Amortização	258.907	262.802
LAJIDA/EBITDA	946.878	889.842
Receita Operacional Líquida - ROL	2.039.045	1.721.556
Margem do EBITDA% (Ebitda ÷ ROL)	46,4%	51,7%

5.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 39,3 milhões, 63,1% maior em relação a 2010:

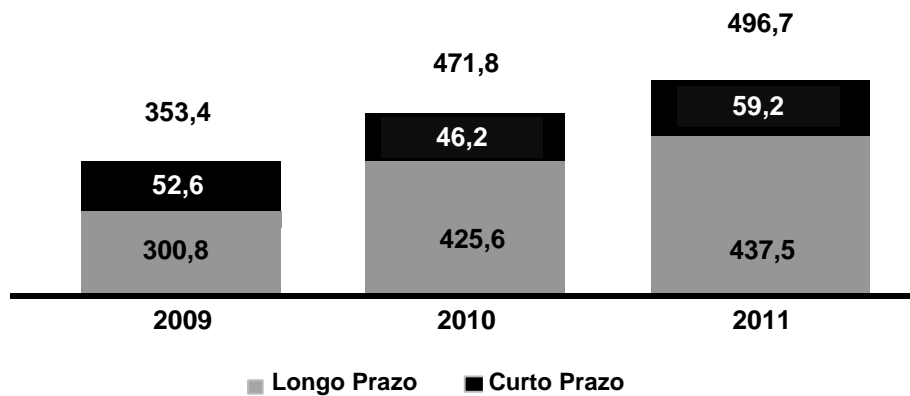
- 1) **Receitas Financeiras** – apresentaram acréscimo de R\$ 25,4 milhões, em rendas de aplicações financeiras, devido principalmente ao aumento do capital aplicado, das taxas de juros e da rentabilidade da carteira; e
- 2) **Despesas Financeiras** – apresentaram redução em relação a 2010, sendo influenciadas principalmente:
 - Pelo decréscimo na conta de encargos de dívidas, devido às transferências para o ativo em construção no valor de R\$ 34,2 milhões; e
 - Pela queda do índice Finel, que reajusta vários contratos de empréstimos junto à Eletrobrás, cujo percentual anual atingiu 1,0% de variação, enquanto que em 2010 a variação foi de 2,2%.

5.5. Endividamento

As variações da dívida de curto e longo prazo referentes aos empréstimos e financiamentos decorreram principalmente do ingresso de recursos no valor de R\$ 64,2 milhões relativos aos contratos com o Banco do Brasil e BNDES para a construção da UHE Mauá.

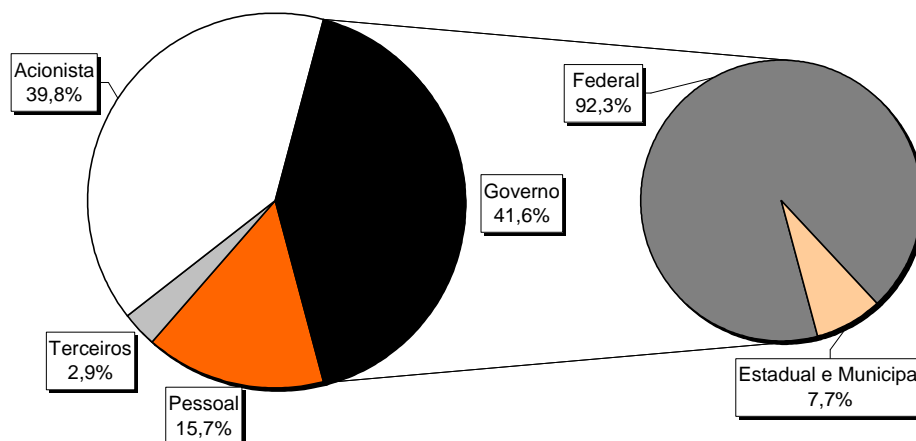
Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 78,3 milhões, sendo R\$ 27,3 milhões de principal e R\$ 51,0 milhões de encargos.

O gráfico a seguir demonstra a composição dos empréstimos e financiamentos:



5.6. Valor Adicionado

No exercício de 2011, a Copel GeT apurou R\$ 1.503,2 milhões de Valor Adicionado Total, 12,5% superior ao apurado no ano anterior, o que corresponde a R\$ 166,5 milhões. A seguir, representação gráfica da Distribuição do Valor Adicionado. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Financeiras.



5.7. Investimentos na Concessão

Os investimentos realizados em 2011 na Copel Geração e Transmissão foram de R\$ 635,6 milhões, 494,6% maior que em 2010, que foi de R\$ 106,9 milhões. A previsão de investimento previsto para 2012 é de R\$ 980,8 milhões.

6. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

6.1. Força de trabalho

Os 1.863 empregados do quadro próprio estão distribuídos em três carreiras em função da natureza das atividades e dos requisitos do cargo: Profissional de Nível Médio (503 empregados), profissional técnico de nível médio (737 empregados) e profissional de nível superior (623 empregados). A Copel Geração e Transmissão vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido em 2011, 204 novos empregados mediante concurso público. Durante o mesmo período, 91 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido de 8,63 %. Em 2010, o *turnover* foi de 13,58%.

Em 2011, a Companhia destinou 5% das vagas para cargos de natureza administrativa a portadores de necessidades especiais, tendo sido admitido 1 empregado nessa condição. Também foram destinadas 10% das vagas para candidatos afrodescendentes, e foram admitidos 1 empregado de cor negra e 15 de cor parda.

- **Desenvolvimento de Pessoal**

As necessidades de capacitação e desenvolvimento são feitas com base na metodologia Diagnóstico de Necessidade de Desenvolvimento, realizada anualmente em todas as áreas.

Em 2011, foram realizadas ações de treinamento e desenvolvimento (cursos e eventos), sendo internos, externos no país e no exterior. No que se refere a treinamento e desenvolvimento no tema Sustentabilidade, em 2011 também houve participações de empregados de diversas áreas da Companhia. Os treinamentos foram distribuídos por carreira, conforme tabela a seguir:

Treinamentos de empregados por carreira	2011 (em horas/média)
Profissional de nível médio	61,35
Profissional técnico de nível médio	107,81
Profissional de nível superior	45,87

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, adiantamento de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Companhia e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da

qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica.

- **Política salarial**

A Companhia segue as práticas de sua Controladora no tocante a remuneração, reconhecimento e incentivo, as quais estão baseadas no modelo de remuneração que se apoia em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel GeT ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978 /2007 e a Lei Estadual nº16.560/2010. O Plano de Cargos e Salários da Companhia, estruturado de maneira a refletir a realidade ocupacional da Copel GeT, serve como referência para a remuneração fixa e busca a comparação dos salários pagos pela Companhia com valores de mercado e aplicação da política salarial. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2011 (R\$ 1.180,19) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 545,00) era de 2,17 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Riscos trabalhistas**

Além de cumprir totalmente com suas obrigações trabalhistas, garantindo aos empregados os seus direitos instituídos pela legislação pátria, a Companhia realiza uma série de ações, com o intuito de reduzir os riscos trabalhistas, dentre as quais destacamos:

- Programa Permanente de Sucessão e Desligamento Voluntário - PSDV, com o objetivo de minimizar a perda de conhecimento que ocorre quando da aposentadoria de empregados da Companhia. O destaque do programa é a obrigatoriedade de formação de um sucessor antes do desligamento definitivo do empregado.
- Com o objetivo de estabelecer regras para tratamento das denúncias de assédio moral e para a investigação de sua procedência, foi instituída em maio de 2010 a Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam, cuja composição procura garantir a imparcialidade nas análises dos processos. Contendo membros eleitos pelos empregados e indicados pela direção da Companhia, além de um membro representando a sociedade civil, contratado especificamente para a função de coordenador, espera-se a redução das demandas trabalhistas motivadas por assédio moral.
- Buscando atender a expectativa dos empregados no que se refere ao crescimento profissional, aconteceu, em 2011, a revisão do plano de cargos e salários, passando a se chamar Estrutura de Carreira e Remuneração. As principais mudanças foram:

- a) na revisão da estrutura para 3 carreiras: Profissional de Nível Médio; Profissional Técnica de Nível Médio e Profissional de Nível Superior;
 - b) no tempo para acesso aos níveis ascendentes, com destaque para a aceleração do crescimento profissional no início da carreira;
 - c) maior possibilidade de mobilidade dentro da mesma carreira;
 - d) adequação dos salários a 100% da média de mercado; e
 - e) implementação da possibilidade de a gerência conceder promoções salariais, dentro do mesmo nível, na medida em que o desempenho do empregado se mostre satisfatório para tal, reduzindo assim a rotatividade de empregados em início de carreira.
- A Copel Geração e Transmissão, por meio de sua Controladora, se relaciona com os sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores, e ao longo do ano promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica, quando os sindicatos e Copel discutem as reivindicações, chegando ao Acordo Coletivo de Trabalho. O cumprimento das cláusulas destes ACTs mitiga possíveis problemas com sindicatos e empregados.
 - As dispensas por justa causa são precedidas de processo administrativo sumário, regulado por norma administrativa interna, que garante ao empregado o direito de defesa.

- **Contratados**

Seguindo as diretrizes da Controladora, as necessidades de treinamentos dos contratados são identificadas a partir de suas atividades específicas, correlatas aos exigidos dos empregados próprios e estabelecidas nos contratos. Nesta categoria podem ser citados os treinamentos sobre os sistemas e aplicativos computacionais que são utilizados pelos teleatendentes e cursos de requalificação de contratados para serviços no sistema elétrico, realizados em parceria com Senai, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, entre outras. Também são ofertados cursos, tais como os exigidos pela NR-10, medição comercial, operação de redes e subestações e outros estabelecidos em contrato.

A Companhia promove o Programa de Sensibilização Ambiental, que visa estimular mudanças comportamentais nos trabalhadores envolvidos na construção e reforma dos empreendimentos da Companhia, ampliando sua consciência e responsabilidade ambiental, além de provocar reflexões quanto aos impactos ambientais das obras e às formas de minimizá-los. Em 2011, o Programa contemplou 510 trabalhadores envolvidos nas obras de construção de seis linhas de transmissão e oito subestações.

- **Saúde e segurança no trabalho**

A Companhia, considerando o contexto do serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho e o acompanhamento e controle de saúde ocupacional, conta com médicos do trabalho especializados, distribuídos nas principais regiões da Companhia, equipe de enfermagem e apoio administrativo. Estes profissionais realizam não apenas os exames médicos legais e obrigatórios, mas uma série de programas de prevenção em saúde.

Também mantém controle estatístico dos índices e causas de afastamento do trabalho motivados por doenças, além do acompanhamento dos processos junto à Previdência Social quando é necessário afastamento prolongado através de convênio específico com aquele Instituto.

Sempre que a capacidade laborativa mostra-se comprometida, por qualquer fator, ainda realiza o estudo e readequação necessária para que o exercício profissional seja o mais seguro e adequado possível, conjuntamente com equipe multidisciplinar.

A Companhia também assessora as Cipas e diversas áreas com palestras sobre temas de saúde, incluindo cursos sobre primeiros socorros, difundindo informações ao corpo funcional e promovendo a qualidade de vida.

O Programa Copel de Qualidade de Vida, implantado em 1998 pela Controladora, tem o objetivo de despertar o interesse dos empregados na busca constante da melhoria da qualidade de vida e consolidar as ações desenvolvidas anualmente na Companhia. Para tanto, são desenvolvidos vários programas, sendo os principais: Programa Promoção de Saúde, que é composto pela Gestão Pessoal de Saúde; exames médicos periódicos; benefícios assistenciais e previdenciários; programa de dependências químicas; programa de absenteísmo-doença; Campanha Dê Preferência à Vida; Programa Valorizando a Vida; Programa Caça ao Risco e Minuto da Segurança. Além disso, são oferecidas ações complementares, como o Programa de Alimentação Saudável (alimentação oferecida dentro da Companhia), Semana da Saúde, campanhas de vacinação e informativos de saúde no Copel Online.

Para melhoria das relações sociais no trabalho são desenvolvidos programas de atendimento e integração social, Programa de Responsabilidade Social EletriCidadania e divulgação e entendimento do Código de Conduta. São promovidos programas comemorativos no aniversário da Copel, homenagem aos aniversariantes de Copel (aniversário de admissão na Companhia) e envio de mensagens em datas comemorativas (aniversário de admissão, aniversário de nascimento, dia da profissão, entre outros).

Para melhoria no estilo de vida pessoal e familiar, são oferecidas as seguintes ações educativas: Programa de Preparação para a Aposentadoria; Programa Gestão Financeira; Programa Energia e Saúde (atividades de ginástica laboral, condicionamento físico e atividade antiestresse); Jogos Internos Copel; Jogos do Sesi; e Programa Auxílio-Educação.

6.1.1. Educação Socioambiental para a Sustentabilidade com as Partes Interessadas

A proposta da educação socioambiental é trazer a reflexão e sensibilizar cada empregado para a responsabilidade individual no que se refere à sustentabilidade nos processos e atividades desenvolvidos da Companhia e nas relações cotidianas, focando na abordagem de que cada um é um agente de transformação e responsável pela mudança no mundo.

O Programa de Educação para a Sustentabilidade tem os seguintes objetivos:

- Aprimorar a gestão das lideranças, formais e informais, direcionando suas iniciativas e práticas para o enraizamento da sustentabilidade empresarial, tendo como fundamento as diretrizes das plataformas nacionais e internacionais;
- Capacitar os líderes a fomentar redes sociais como articuladoras de engajamento e diálogo com as partes interessadas da Companhia;
- Empreender atividades de sensibilização e mobilização com os envolvidos na cadeia de suprimentos;
- Sensibilizar e mobilizar os empregados para o desenvolvimento sustentável, visando à inclusão das variáveis da sustentabilidade nos processos e projetos corporativos;
- Desenvolver iniciativas específicas a cada uma das partes interessadas mapeadas pela Companhia, que propiciem o compartilhamento de informações sobre a sustentabilidade, a revisão de valores e o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades nos temas relacionados.

O programa teve início em 2011, com a realização do I Encontro Executivo da Gestão para a Sustentabilidade Empresarial, que teve a participação dos Diretores e de representantes do CAD da Copel.

• Centros de Referência para a Sustentabilidade - Ceres

Os Centros de Referência para a Sustentabilidade - Ceres tem como objetivos: (i) aumentar a representatividade da Companhia nos municípios do entorno de seus empreendimentos; (ii) criar canal de diálogo e comunicação com a sociedade local para atendimento das necessidades pertinentes à atuação da Companhia; (iii) desenvolver ações de educação socioambiental; (iv) apoiar e fomentar o desenvolvimento sustentável dos municípios e (v) colaborar para o desenvolvimento dos Programas da Copel que possam ser aplicados na região.

Além dos Ceres das Araucárias (UHE GBM) e do Médio Iguaçu (UHE GNB), em 2011 foram implantados os Ceres do Cerrado (UHE Mourão) e de Mauá (UHE Mauá).

Em 2011, por meio dos Ceres, a Companhia promoveu palestras relacionadas a sustentabilidade em eventos internos e externos, nas quais participaram aproximadamente 4.900 pessoas, entre comunidade escolar, comunidades locais e demais partes interessadas para questões afetas ao tema.

- **Museu Regional do Iguaçu - MRI**

O MRI, localizado na Usina Hidrelétrica Governador Ney Braga - UHE GNB, guarda o acervo oriundo dos programas de aproveitamento científico de flora e fauna, salvamento da memória cultural e resgate arqueológico dos empreendimentos da Companhia no rio Iguaçu.

As exposições são monitoradas por educadores ambientais, e nelas é possível conhecer aspectos da história do rio Iguaçu. No museu também é promovida a educação ambiental para as escolas da região e visitantes.

Em 2011, o MRI recebeu 3.654 alunos e outros 11.450 visitantes.

- **Rede de Agentes para a Sustentabilidade**

Visa promover e estimular a percepção abrangente do indivíduo, de sua conexão sistêmica com o meio em que vive e de seu papel na construção da história, inspirando comportamentos responsáveis e ambientalmente sustentáveis na Companhia e na sociedade. A Rede Copel de Agentes para a Sustentabilidade atua na mobilização, sensibilização e conscientização do público interno para questões afetas à sustentabilidade, alinhadas com o referencial estratégico da Companhia.

Durante o ano de 2011, foi criado o informativo digital “Compartilhando Novidades”, de veiculação quinzenal, criado exclusivamente para as finalidades de informação, articulação e mobilização para o trabalho voluntário, fomento a implementação de projetos sociais e ambientais e estímulo aos empregados para ações proativas de boas práticas socioambientais. Também foram realizadas nove promoções do curso “Agindo de forma sustentável” para público interno, com o objetivo de disseminar a Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial da Companhia.

A realização do 2º Seminário Copel de Boas Práticas Socioambientais encerrou o ano de 2011 obtendo avaliação de aproximadamente 90% de satisfação entre seus participantes. O evento foi criado com o objetivo de dar visibilidade, difundir e replicar os projetos e práticas socioambientais desenvolvidos na Companhia.

6.1.2. Comunidade

- **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS**

As ações desenvolvidas no âmbito do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - DLIS permitem trocas de experiências e informações entre os atores sociais e a comunidade, incentivam o envolvimento da população desde a fase de pré-instalação de novos empreendimentos e também auxiliam para a formação de redes e de arranjos institucionais locais.

Por meio do DLIS, são articulados projetos e programas junto às comunidades, para melhoria na infraestrutura, na educação e nos serviços públicos ou de utilidade pública, de acordo com as prioridades definidas nos fóruns de desenvolvimento local.

Em 2011, na área de DLIS, as principais ações da Companhia contemplaram os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba, na área de abrangência da UHE Mauá.

- **Relacionamento com as Comunidades Tradicionais**

Gestão do TAC da Comunidade Indígena Kaingang Apucarantina

Ao longo de 2011, foi realizado um diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural da população da Terra Indígena Apucarantina, localizada no Município de Tamarana, no Paraná, e proposto um Programa Gerador de Projetos de Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental da Comunidade Indígena Apucarantina. Estas ações estão previstas no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC celebrado pela Companhia com a Comunidade Indígena Apucarantina, o Ministério Público Federal e a Fundação Nacional do Índio - Funai em dezembro de 2006. O estudo contou com a participação de equipes especializadas das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, e resultou na formatação de um programa que será responsável por implementar diversos projetos voltados à sustentabilidade da comunidade indígena, com início previsto para janeiro de 2012. Tais ações serão subsidiadas com recursos de um fundo indenizatório pago pela Companhia quando do referido acordo.

Gestão do TAC da Comunidade Indígena Kaingang Barão de Antonina

Ainda em 2011, foi realizado o diagnóstico ambiental e elaborado o projeto para a recuperação das Áreas de Preservação Permanente da Terra Indígena Barão de Antonina, em cumprimento ao estabelecido no TAC celebrado pela Companhia com a Comunidade Indígena Barão de Antonina, o Ministério Público Federal e a Funai em março de 2009. O projeto prevê a restauração ambiental nas nascentes da Terra Indígena, além de propiciar ações de desenvolvimento econômico de interesse indígena. Tais ações serão subsidiadas com recursos de um fundo indenizatório pago pela Companhia quando do referido acordo.

6.2. Apoio a Políticas Públicas

Historicamente, a Copel, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apoia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações não Governamentais - ONGs e outras entidades para a promoção da cidadania, sobretudo junto a comunidades carentes.

- **Segurança Alimentar e Desenvolvimento Comunitário Sustentável**

A Copel GeT através de sua Controladora, como membro permanente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Consea, empreende um projeto piloto de Segurança Alimentar com Base Orgânica. O projeto não visa apenas à mudança do sistema atual alimentar dos empregados e familiares, mas reforça os compromissos com a sustentabilidade, incentivando a agricultura familiar orgânica, em prol da melhoria da qualidade de vida, e promovendo a inclusão social através da geração de empregos.

Em 2011, a Copel atuou como integrante da comissão organizadora das conferências regionais e estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional. A Companhia também realizou a Oficina de Metodologia das Conferências Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional para Técnicos das Secretarias de Estado.

- **Equidade de Gênero e Raça**

Iniciado na Controladora em 2009, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça é uma iniciativa do Governo Federal, que, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República SPM/PR e do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens inscritos na Constituição Federal de 1988. O Programa, de adesão voluntária, consiste em desenvolver novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a equidade de gênero e raça nas relações de trabalho.

Motivada pela inclusão da temática raça, na 4ª edição do Programa Pró-equidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, a Copel reforça seu compromisso com as questões relacionadas à promoção da igualdade de oportunidades e respeito às diferenças, aderindo novamente ao Programa, elaborando Plano de Ação contemplando as categorias Gênero e Raça e preenchendo a Ficha Perfil de Raça e Gênero da Companhia, onde apresenta o diagnóstico relativo à temática.

- **Incentivos Fiscais**

A Copel transformou a prática de doação através de incentivo fiscal em política e convida empresas parceiras e fornecedores a fazer o mesmo. A Companhia potencializa ao máximo a utilização de recursos dedutíveis aos Incentivos Culturais (Lei Rouanet), Incentivo ao Esporte e ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, com base em estimativas anuais do imposto a pagar.

As contribuições sob efeito da Lei Rouanet de 2011 foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, num total de R\$ 4,7 milhões. O projeto que recebeu o maior aporte foi o Projeto MON Anual, com o montante de R\$ 1,1 milhão.

A Companhia destinou o montante de R\$ 1,1 milhão a projetos inscritos no FIA, sendo que o maior aporte foi para o Projeto Reforma do Lar Marília Barbosa, cujo valor alcançou R\$ 0,7 milhão.

Através da Lei do Incentivo ao Esporte, a Copel destinou R\$ 1,1 milhão. O principal valor foi para o projeto de Academia de Formação de Atletas, com o montante de R\$ 0,9 milhão.

6.3. Projetos e Programas Corporativos

- **Programa Sob Linhas**

Esse Programa apresenta uma grande importância social por disciplinar o uso múltiplo e a ocupação por parte das comunidades do entorno das áreas das linhas de transmissão, visando à produção de alimentos e mudas, em conformidade com a legislação aplicável. Também tem como objetivos reduzir a demanda de ações judiciais no combate às ocupações indevidas, evitar interferências na operação do sistema elétrico e facilitar a manutenção das redes de energia elétrica no que se refere à limpeza da faixa de servidão. Em 2011, foi aprovado pela Aneel o projeto piloto para o município de Maringá, a ser implantado no decorrer de 2012.

- **Projeto São Bernardo**

Em 2010, foram efetuados o levantamento de dados e o acompanhamento da situação das famílias que ocupam irregularmente uma Área de Preservação Permanente - APP de responsabilidade da Companhia na localidade de São Bernardo, no município de União da Vitória - PR. Em 2011, além da continuidade do acompanhamento, houve a elaboração de diagnóstico sobre a situação existente, o qual embasou o projeto, que prevê, em parceria com o poder público, a retirada das famílias de catadores que ocupam essa área e convivem com o constante risco de alagamento. A próxima etapa prevê a recomposição da mata ciliar. Esse Projeto trará como benefícios a recuperação da mata ciliar em torno do reservatório que abrange o perímetro urbano do município

de União da Vitória; a implementação de espaços de lazer; o envolvimento dos atores sociais locais na efetivação da ação; e a melhora da interação entre a Companhia e a comunidade.

A remoção das famílias possibilitará reaver, recuperar e conservar as áreas de preservação permanente e garantir a elas maior segurança e saúde, já que a área está sob constante risco de alagamento, favorecendo a proliferação de vetores de doenças.

• Programa EletriCidadania - Voluntariado Corporativo

Instituído em 2004, o EletriCidadania incentiva o voluntariado e o desenvolvimento de atitudes de cidadania e de responsabilidade social. O Programa permite que os empregados utilizem até 4 horas mensais do seu tempo de trabalho para a execução, de forma voluntária e espontânea, de ações comunitárias.

Em 2011, o programa computou 512 horas de voluntariado e proporcionando o desenvolvimento das seguintes ações:

- Promoção da arrecadação e doação de diferentes itens para entidades assistenciais: Campanha do Agasalho; Campanha do Livro; Campanhas de Páscoa; e Campanha de Natal.
- Tricopel: confecção de peças em tricô e crochê a serem doadas para entidades sociais.
- Tecla Social: promove a arrecadação, recuperação e reutilização de equipamentos eletrônicos, destinando-os as escolas públicas e famílias em situação de vulnerabilidade social. Quando não é possível a recuperação dos equipamentos, é realizada a destinação adequada dos mesmos.
- Reforço Escolar: oferece aulas de reforço escolar a alunos da rede municipal de ensino.
- Oficina do Brinquedo: arrecada e recupera brinquedos que são distribuídos a crianças e entidades sociais.
- Programa Luz na Escola: promove ações educativas em escolas, bem como visitação de alunos às Usinas da Companhia.

• Programa Corporativo de Acessibilidade

O Programa Corporativo de Acessibilidade, instituído pela Controladora, tem o objetivo de promover a inclusão social de PcDs, tornando a Companhia adaptada nas questões de acessibilidade, por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, para que seus empregados e partes interessadas que possuam algum tipo de deficiência tenham pleno acesso à

suas instalações, informações e serviços, possibilitando a participação de todos nas atividades prestadas pela Companhia.

As dimensões atendidas por este projeto são: urbanística, arquitetônica, atitudinal, comunicacional e tecnologias de informação. Principais ações realizadas em 2011:

- Instalação de elevador e realização de demais adequações para tornar acessíveis o Polo Santa Quitéria e a Sede de Maringá; e
- Realização de seminários de acessibilidade para divulgação, educação e conscientização sobre o tema.

6.4. Meio ambiente

6.4.1. Gestão socioambiental de novos empreendimentos

- **Implantação do Projeto Básico Ambiental - PBA da UHE Mauá**

O PBA da UHE Mauá é composto por 21 programas ambientais e 13 subprogramas, cujo desenvolvimento permitirá prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos decorrentes de sua construção, bem como potencializar e otimizar os impactos positivos.

Em 2011, destacam-se as seguintes ações:

Programa de limpeza da bacia de acumulação

- **Subprograma de desmatamento da bacia de acumulação:** as atividades de supressão da vegetação da área do futuro reservatório da UHE Mauá foram iniciadas em janeiro de 2011 e foram divididas em quatro etapas: derrubada; traçamento (separação do material com aproveitamento comercial dos resíduos); remoção do material, com aproveitamento comercial para fora da área do reservatório; e finalização (enterro dos resíduos vegetais).

Programa de conservação da flora e fauna

- **Subprograma de recuperação e formação da faixa de proteção ciliar:** durante 2011, no Horto das Caviúnas, foram beneficiados mais de 140 kg de sementes, sendo semeadas cerca de 87 espécies, das quais foram produzidas 25.862 mudas de 50 espécies.
- **Subprograma de Resgate de Flora:** compreende a coleta de sementes, epífitas e propágulos vegetais encontrados na região do reservatório durante a supressão vegetal e o futuro enchimento. Em 2011, foram resgatados 121.767 indivíduos pertencentes a 264 espécies. O resgate de sementes totalizou 428,2 kg, de 29 famílias. Em relação ao material coletado para compor coleções científicas, foram resgatados, até o momento, 157 toras de

16 famílias e indivíduos representantes de 34 espécies para a Xiloteca, de 21 famílias e 38 espécies para a Carpoteca e de 45 famílias e 97 espécies para o Herbário.

- **Subprograma de Resgate e Salvamento Científico da Fauna:** compreende o resgate de animais silvestres na área do reservatório durante a supressão vegetal e o futuro enchimento. Durante 2011, foram resgatados 2.920 animais, pertencentes a 201 espécies.
 - **Subprograma de Resgate de Abelhas Nativas:** esforço pioneiro no Brasil de proteção a espécies de abelhas nativas ameaçadas de extinção e de interesse comercial. Consiste no resgate de colmeias na região do reservatório durante a supressão vegetal e o futuro enchimento. Ao longo de 2011, foram resgatados 948 ninhos de 19 espécies.
 - **Programa de resgate do patrimônio arqueológico:** foram realizados prospecção, monitoramento, salvamento, educação patrimonial e identificação de 50 sítios arqueológicos, dos quais 18 foram resgatados.
- **Implantação do Projeto Básico Ambiental - PBA da UHE Colíder**

O objetivo do PBA é dar continuidade ao processo de licenciamento ambiental, atendendo às orientações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Mato Grosso - Sema - MT expressas na Licença Prévia e, principalmente, consolidar os programas ambientais propostos no Estudo de Impacto Ambiental - EIA, como forma de garantir que a implementação do empreendimento resulte em ganhos socioambientais capazes de compensar e mitigar os impactos negativos causados ao ambiente social e natural na região afetada pela obra.

O PBA possui 32 programas, contemplando os meios físico, biótico e socioeconômico. Em 2011, foi iniciada a execução de 14 programas ambientais. Os demais programas estão em processo de planejamento, contratação ou em tratativa com instituições locais.

- **Implantação do PBA PCH Cavernoso II**

A obra da PCH Cavernoso II foi iniciada em abril de 2011. Para atender às condicionantes definidas pelo órgão ambiental para o licenciamento do empreendimento, foi elaborado PBA, constituído em 16 programas socioambientais, que estão sendo implantados conforme cronograma.

- **Linha de Transmissão - LT Araraquara II — Taubaté**

O projeto de implantação da LT Araraquara II — Taubaté, com tensão de 500 kV, destina-se ao aumento da disponibilidade de energia na região Sudeste do Brasil. Esta linha de transmissão vai atravessar 28 municípios paulistas para interligar a Subestação Araraquara II, situada no município de Araraquara (SP), onde chegará a energia produzida no Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira,

no Estado de Rondônia, à Subestação Taubaté, em Taubaté - SP, para suprir os principais centros de carga da região Sudeste, ou seja, São Paulo e Rio de Janeiro. Com extensão de aproximadamente 350 km em circuito simples, a linha terá torres dos tipos estaiadas e autoportantes. Este empreendimento é considerado uma das obras prioritárias do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal.

Principais ações realizadas em 2011:

- Elaboração do EIA/RIMA e solicitação da Licença Prévia;
- Vistorias em campo para analisar o traçado escolhido;
- Audiências públicas sobre o EIA/RIMA da LT em cinco cidades: Campinas, São José dos Campos, São Carlos, Bragança Paulista e Limeira;
- Acompanhamento da vistoria realizada pelo corpo técnico da CETESB para avaliação do traçado; e
- Contratação de Estudos de Impacto de Vizinhança - EIVs, que serão elaborados para atender ao pré-requisito para emissão da carta de não óbice ao empreendimento.

• **Linha de Transmissão - LT Cascavel Oeste — Foz do Iguaçu**

O PBA da LT Cascavel Oeste — Foz do Iguaçu é composto por oito programas ambientais, cuja implantação visa à prevenção, mitigação e compensação dos impactos socioambientais negativos provocados pela construção da linha de transmissão, bem como a potencialização e otimização dos impactos benéficos.

Durante 2011, foram implantados os seis programas socioambientais previstos no PBA. A Licença de Operação — LO foi obtida em novembro de 2011 e possui validade de seis anos.

Devido à interferência no Parque Nacional do Iguaçu, foi firmado, com o IAP e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Termo de Compensação - TC dos danos causados.

6.4.2. Licenciamento Ambiental

O gerenciamento de licenciamentos e autorizações ambientais é realizado por meio do registro e acompanhamento dos prazos legais e do cumprimento das condicionantes ambientais associadas, visando à continuidade da operação dos empreendimentos e a minimização dos riscos de sanções legais, para implantação, operação e manutenção.

Em 2011, foram protocoladas 13 solicitações de Licenças Ambientais, para diversas fases do licenciamento. Tais solicitações atendem às Linhas de Transmissão e Subestações, sendo 13 para geração. No mesmo período, foram obtidas oito Licenças Ambientais, para geração.

- **Regularização do Licenciamento Ambiental**

Em 2009, a Copel iniciou negociações com o IAP com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental de Linhas de Transmissão e Subestações que iniciaram sua operação antes de fevereiro de 1986. Assim, em dezembro de 2010, a Copel e o IAP firmaram um TAC para a regularização de 227 empreendimentos da Companhia, sendo 197 para distribuição e 30 para geração.

Até o final de 2011, a Copel havia protocolado a solicitação de regularização de 163 empreendimentos junto ao órgão ambiental, recebendo 17 Licenças de Operação. A meta para 2012 é protocolar, ainda no primeiro semestre, as solicitações dos 64 empreendimentos restantes.

- **Auditoria Ambiental Compulsória**

A Auditoria Ambiental Compulsória - AAC é um pré-requisito para renovação das licenças de operação de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, conforme disposto na Lei Estadual nº 13.448/2002, no Decreto Estadual nº 2.076/2003 e na Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010.

Em 2011, foram realizadas 12 AACs, sendo 4 em UHEs, 5 em PCHs, 3 em LTs. As AACs auxiliam na identificação de não-conformidades e oportunidades de melhoria, além de atender exigência legal para renovação do licenciamento ambiental. A partir desta identificação, são elaborados planos de ação para adequação das não-conformidades e implantação das oportunidades de melhoria, visando o aprimoramento do desempenho ambiental da Companhia.

6.4.3. Gestão Socioambiental de Reservatórios

Consiste na implantação de um processo de gestão dos reservatórios da Companhia, de forma a analisar os riscos e apresentar alternativas para a tomada de decisões. Também tem por objetivo o desenvolvimento de projetos e ações por meio de gestão ambiental por microbacias hidrográficas, visando melhorar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das UHEs da Companhia, bem como prover seu uso múltiplo.

Durante o ano de 2011, foram realizadas as seguintes ações:

- Detalhamento e estruturação do processo de gestão dos reservatórios;
- Formalização da Comissão Local da Unidade de Produção Curitiba - UPCTA;
- Início da implantação do processo no reservatório da UHE GPS, coordenada pela UPCTA;
- Realizado levantamento de ocorrências nos setores 01 e 02 do reservatório da UHE GPS;
- Elaborado o edital de contratação de serviço para levantamento de ocorrências no reservatório da UHE GPS;

- Início do desenvolvimento do Sistema de Informações Georreferenciadas Socioambiental para Gestão de Reservatórios - SIG-SAM-GR, aplicativo georreferenciado para apoio à gestão dos reservatórios; e
- Implantação de dicionários de dados em equipamento GPS para informatização dos trabalhos de inspeção.

6.4.4. Programa Florestas Ciliares

O principal objetivo do Programa é a recuperação dos ambientes naturais circunjacentes aos reservatórios das usinas que, de acordo com a posição fitoecológica da maior parte deles, deve ser essencialmente feita por meio de plantios florestais. Imóveis da Companhia que porventura estejam localizados nas margens de rios e nascentes também serão alvo do projeto. Dependendo das características naturais da região, a reabilitação local estará vinculada, também, ao fechamento de drenos artificiais em áreas de várzeas, ao plantio de espécies herbáceas onde originalmente eram campos e ao reforço estrutural em áreas sujeitas a fortes processos erosivos.

Em 2011, foram plantadas 72.567 mudas, correspondendo a uma área recuperada de 83,3 hectares. Também foi realizado o cercamento para proteção de áreas reflorestadas, com a instalação de 28.862 metros de cerca.

6.4.5. Hortos Florestais

Estruturados para promover a adequação paisagística em áreas verdes das usinas e áreas administrativas da Companhia, nos últimos anos a atuação e os objetivos dos Hortos Florestais foram fortemente alterados. Isso ocorreu em função da necessidade de realização de ações efetivas de recuperação ambiental, relacionadas, sobretudo, à efetivação das APPs no entorno dos reservatórios, à disponibilização de mudas para compensação ambiental de desmatamentos decorrentes da abertura de faixa para linhas de transmissão. Em 2011, os hortos florestais da Companhia produziram 330 mil mudas.

6.4.6. Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios

Em atendimento ao processo de licenciamento ambiental, por meio de análises trimestrais, a Copel realiza o monitoramento da qualidade da água dos seus reservatórios, bem como a análise a montante e a jusante do rio. São 22 parâmetros físico-químicos e biológicos monitorados nas usinas em operação. Em novos empreendimentos, é monitorada uma gama maior de parâmetros, incluindo análises de sedimentos e agrotóxicos. No reservatório de Foz do Areia, estudos em parceria com o Lactec e a Associação Instituto Internacional de Ecologia e Gerenciamento

Ambiental - AIIEGA buscam estimar as principais fontes de cargas de nutrientes, visando direcionar ações para minimizar problemas de eutrofização.

6.4.7. Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna

Trata-se do monitoramento da ictiofauna presente nos reservatórios sob concessão da Copel, além do repovoamento destes reservatórios com alevinos de espécies nativas. O Programa permite acompanhar as mudanças nas comunidades de peixes afetadas pelas barragens da Copel e realiza o manejo destas comunidades, mitigando impactos e atendendo demandas legais e sociais. O programa de repovoamento auxilia no atendimento, às demandas por alevinos, de órgãos ambientais e governamentais, em eventos promovidos em prol do meio ambiente. Entre os peixes produzidos está o surubim-do-Iguaçu, maior peixe do rio Iguaçu e ameaçado de extinção. Em 2011, teve continuidade o monitoramento da fauna de peixes em reservatórios e o repovoamento, com a produção de 936,6 mil indivíduos, dos quais 525 mil foram liberados nos reservatórios, 101,6 mil liberados em eventos ambientais e 310 mil cedidos ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama para uso em manejo ambiental.

Em 2011, cerca de 29,0 mil peixes foram resgatados durante procedimentos de manutenção de usinas e em emergências ambientais, 97% destes com vida.

6.4.8. Rede Isolada

Trata-se de uma tecnologia de cabos isolados que permitem o contato permanente com a arborização. Este tipo de rede torna a necessidade de poda de árvores quase nula.

6.4.9. Gestão de Recursos Naturais

- **Consumo de água**

Desde 2010, o prédio da Unidade de Transmissão Norte, em Londrina, está adaptado para aproveitar a água da chuva nas atividades que não demandam o uso de água tratada, resultando em expressiva economia.

- **Energia**

O parque gerador da Companhia conta com a usina termelétrica de Figueira que utiliza combustível não renovável fazendo uso de carvão mineral.

A tabela a seguir apresenta o consumo de combustíveis não renováveis nessas usinas em 2011:

Usina	Energia de fonte primária	2011	2010
Usina Termelétrica de Figueira	Carvão mineral (t)	77.973	80.312

- **Emissões, Efluentes e Resíduos**

Iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa

Em junho de 2011, foi aprovada e publicada no site da Companhia a Agenda Copel de Mudanças Climáticas. A Agenda apresenta os compromissos que a Companhia assume para os próximos anos em relação ao tema.

Emissões

Em 2011 foi elaborado e publicado no site do GHG Protocol Brasil o terceiro Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa da Controladora, que apresenta as emissões da Companhia no ano de 2010. A elaboração do inventário traz reflexos positivos para a Companhia, a exemplo de sua participação no Índice Carbono Eficiente - ICO2, da BM&FBovespa.

Efluentes

Em 2011, foi dada continuidade aos trabalhos de revitalização das Estações de Tratamento de Efluentes das UHEs, foram concluídos os relatórios de diagnóstico das maiores usinas e implantadas melhorias nos sistemas prioritários.

Resíduos

Em 2011, destacam-se, no âmbito do Programa de Gestão Corporativa de Resíduos, a publicação de normas corporativas para o manejo adequado de alguns resíduos gerados pela Companhia.

Os resíduos perigosos gerados na Companhia são encaminhados a empresas especializadas no tratamento e disposição final, devidamente licenciadas para tais atividades. Para os resíduos críticos, são realizadas vistorias nestas empresas, visando garantir o pleno atendimento das cláusulas contratuais e da legislação social e ambiental vigente.

A tabela a seguir apresenta dados do tratamento e destinação final de resíduos perigosos gerados na Companhia em 2011:

Resíduo	Unidade	Quantidade			Método de tratamento / disposição final	Custo 2011 (R\$ mil)
		2011	2010	2009		
Panos contaminados com óleos e solventes	un	26.667,0	49.800,0	56.160,0	reaproveitamento após lavagem industrial	6,8
Solo contaminado com óleos	m ³	15,0	8,00	-	aterro industrial classe I	15,3

• Utilização de Papel e Plástico

No decorrer de 2009, foi implantado o uso de papel reciclado na Companhia, refletindo mudanças culturais, participação efetiva e engajamento dos empregados à nova prática adotada. Em 2010, o autoenvolvimento de faturas representou redução de, aproximadamente, três milhões de envelopes por mês. Em fevereiro de 2011, a Companhia voltou a adotar o uso de papel branco, de origem certificada, para as impressões administrativas e de materiais de comunicação.

Em novembro de 2010, foi iniciado, em uma das instalações da Companhia, projeto de substituição do uso de copos plásticos por xícaras de porcelana e copos de vidro, visando reduzir a geração de resíduos. Em 2011, essa boa prática foi expandida para outras instalações da Companhia.

• Fontes de energia renovável

Aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável, é uma das importantes diretrizes estratégicas estabelecidas para o negócio de geração da Copel. Neste sentido, a Companhia vem pesquisando e prospectando novos negócios relativos a estas fontes de energias. Os principais projetos atualmente em desenvolvimento ou estudo são:

Identificação de locais com potencial eólico competitivo

Projeto para a implementação de modelo climático de mesoescala, em computador de alto desempenho, que permitirá à Companhia definir seus próprios mapas eólicos, para identificação



das áreas mais promissoras para instalação de futuros parques eólicos. A partir de 2012 terá início a fase de produção e do início de 2013 a implementação prática dos primeiros resultados.

Projetos solares fotovoltaicos

Em agosto de 2011, a Aneel publicou a Chamada nº 13/2011, para o Projeto Estratégico “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira”. A Copel está liderando e submeteu, para aprovação da Aneel, dois projetos: “Aplicação de Células Fotovoltaicas de Fabricação Nacional para Geração de Energia Elétrica Interligada a Rede de Distribuição no Estádio onde Venha a Ser Realizada a Copa Fifa 2014”, cuja capacidade instalada será de 1,0 MWpico e “Comparação da Geração de Energia Elétrica por Fonte Solar Fotovoltaica e sua Disponibilização na Rede de Distribuição, Sem e Com Acumulação da Energia em Banco de Bateria Vanádio de Ciclo Limitado”, cuja capacidade instalada será de 3,0 MWpico e está participando, de forma cooperada, de três projetos, liderados por outras empresas do setor.

A expectativa é de que a(s) planta(s) solar fotovoltaica aprovada(s) esteja(m) em operação a partir de início de 2013.

Poliduto

Estão sendo retomadas as negociações para continuidade dos estudos que analisarão a viabilidade de construção do poliduto ligando os municípios de Sarandi e Paranaguá, passando por Araucária. O objetivo é dotar o Estado de infraestrutura de logística moderna para o transporte de etanol e melhorar as condições das exportações paranaenses. Na etapa anterior dos trabalhos foi publicado o Decreto de Utilidade Pública do traçado básico e em breve será assinado um novo Protocolo de Intenções entre o Estado do Paraná, Copel, Compagas, Alcopar, CPL e CPLPAR, para a elaboração dos estudos de licenciamento ambiental.

Microalgas

Este projeto de P&D foi iniciado em 2009 e tem como objetivos a pesquisa e o desenvolvimento de processos de cultivo em grande escala de microalgas voltadas para extração de óleo como fonte energética para a produção de biodiesel e energia. Atualmente o projeto está na fase de conclusão da caracterização morfológica das cepas nativas coletadas no Paraná, bem como se encontra em fase de instalação o sistema de cultivo aberto — *raceway* — em escala piloto no laboratório do Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar. A previsão é produzir os primeiros litros de óleo bruto de microalgas até o final de 2012.

Resíduos Sólidos Urbanos

O projeto de P&D prevê a construção de uma usina piloto de processamento de resíduos sólidos urbanos - RSU, que inclui a gaseificação, a estruturação de um centro de excelência de estudos e



Copel Geração e Transmissão S.A.



o desenvolvimento de uma planta de processamento do RSU, para municípios de pequeno e médio portes, que deverá produzir energia, produtos reciclados e recicláveis, sem necessidade de aterros ou geração de qualquer passivo ambiental.

7. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011		2010	
1 - BASE DE CÁLCULO				
NE 23 Receita Líquida - RL	2.039.045		1.721.556	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
				RL
Remuneração dos administradores	335	-	277	-
Remuneração dos empregados	177.265	8,7	134.099	7,8
Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	19.296	0,9	16.187	0,9
NE 24.3 Encargos sociais compulsórios	54.963	2,7	45.290	2,6
NE 16.3 Plano previdenciário	13.582	0,7	13.234	0,8
NE 16.3 Saúde (Plano assistencial)	26.371	1,3	18.930	1,1
Segurança e medicina no trabalho	1.274	0,1	986	0,1
Educação	715	-	551	-
Cultura	364	-	1.083	0,1
Capacitação e desenvolvimento profissional	4.052	0,2	2.610	0,2
Auxílio creche	145	-	104	-
NE 24.3 Participação nos lucros e/ou resultados	9.109	0,5	14.373	0,8
NE 24.3 Indenizações Trabalhistas	19.359	0,9	6.363	0,4
(1) Outros benefícios	221	-	178	-
Total	327.051	16,0	254.265	14,8
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
Esporte e Cultura	6.027	0,3	3.536	0,2
Lei do incentivo ao esporte	1.129	0,1	665	-
Lei do incentivo a cultura (Rouanet e ISS)	4.898	0,2	2.871	0,2
Outros programas	64.556	3,2	44.087	2,7
Programa Reassentamento de famílias	59.613	2,9	39.006	2,3
Programa de Acessibilidade	90	-	666	-
Fundo dos direitos da criança e do adolescente	1.129	0,1	713	0,1
Indenização para comunidades indígenas	2.987	0,2	2.720	0,2
Convênio IBAB - Guardião das águas	543	-	919	0,1
Programa de relacionamento com a comunidade	162	-	-	-
Outros programas	32	-	63	-
Total das contribuições para a sociedade	70.583	3,5	47.623	2,9
Tributos (excluídos encargos sociais)	583.174	28,6	524.876	30,5
Total	653.757	32,1	572.499	33,4

NE - Nota Explicativa

(continuação)

		2011		2010		
		% Sobre RL		% Sobre RL		
4 - INDICADORES AMBIENTAIS						
Investimentos relacionados com as operações da empresa		53.634	2,7	18.082	1,1	
	Programas de proteção de Fauna e Flora	39.860	2,0	6.590	0,4	
	Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	13.651	0,7	11.295	0,7	
	Gestão de resíduos	123	-	197	-	
Investimentos em programas e/ou projetos externos		460	-	190	-	
(2)	Educação Ambiental e Museu Reg. Iguacu	444	-	147	-	
	Outros programas	16	-	43	-	
Total		54.094	2,7	18.272	1,1	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
Empregados no final do período		1.863				1.743
Admissões durante o período		204				251
Escolaridade dos empregados(as):		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens Mulheres
	Total Superior e extensão universitária	959	701	258	851	627 224
	Total 2º Grau	873	764	109	856	744 112
	Total 1º Grau	31	30	1	36	32 4
Faixa etária dos empregados(as):						
	Abaixo de 18 anos	8			10	
	De 18 até 30 anos (exclusive)	358			344	
	De 30 até 45 anos (exclusive)	732			667	
	De 45 até 60 anos (exclusive)	750			706	
	Acima de 60 anos	15			16	
Mulheres que trabalham na empresa		368				340
% Mulheres em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de mulheres	9,5			7,4	
	em relação ao nº total de gerentes	22,9			17,9	
Negros(as) que trabalham na empresa		160				139
% Negros(as) em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de negros(as)	3,8			2,9	
	em relação ao nº total de gerentes	3,9			2,9	
Portadores(as) de necessidades especiais		17				12
Dependentes		3.794				3.645
Estagiários(as)		27				56
(3)	Terceirizados	746				709
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício		390				283
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício		69				115

(continuação)

	2011	2010
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	26	35
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	34	54
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organiza e incentiva
7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA		
Valor adicionado total a distribuir	1.503.228	1.336.777
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	2,9%	4,0%
Pessoal	15,7%	14,4%
Governo	41,6%	42,0%
Acionistas	44,6%	37,6%
Retido	- 4,8%	2,0%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE, não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entenderem que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundida entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel GeT, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando a transparência de suas informações.

• A Copel Geração e Transmissão é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 04.370.282/0001-70.

(1) O item Outros Benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente, Auxílio invalidez e Morte acidental.

(2) Estes valores referem-se somente à Educação Ambiental da comunidade. Os valores de público interno estão incluídos em Capacitação e Desenvolvimento Profissional.

(3) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados.

8. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO FISCAL

Presidente	JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES
Membros Titulares	LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI JOSE TAVARES DA SILVA NETO
Membros Suplentes	OSNI RISTOW VAGO ROBERTO BRUNNER

DIRETORIA

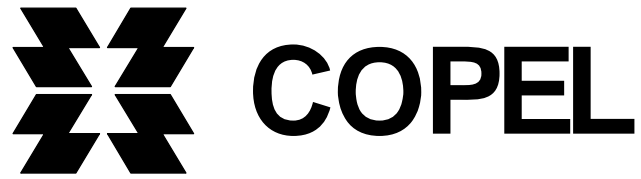
Diretor Presidente e Diretor de Operação de Geração e Transmissão de Energia	JAIME DE OLIVEIRA KUHN
Diretora de Gestão Corporativa	YÁRA CHRISTINA EISENBACH
Diretor de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações	RICARDO PORTUGAL ALVES
Diretor Jurídico	JULIO JACOB JUNIOR
Diretor de Engenharia	JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR
Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial	GILBERTO MENDES FERNANDES
Diretor Adjunto	JOSÉ HENRIQUE TERNES NETO

CONTADOR

Contador - CRC-PR-045809/0-2 ADRIANO FEDALTO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Geração e Transmissão S.A. foi extinto através de sua 10ª Assembleia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel.



Copel Geração e Transmissão S.A.

CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

Inscrição Estadual 90.233.068-21

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2011

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1 Contexto Operacional	12
2 Principais Políticas Contábeis	14
3 Caixa e Equivalentes de Caixa	27
4 Aplicações Financeiras	27
5 Clientes	29
6 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	30
7 Outros Créditos	31
8 Tributos	31
9 Depósitos Judiciais	34
10 Investimentos	35
11 Imobilizado	35
12 Intangível	41
13 Obrigações Sociais e Trabalhistas	42
14 Fornecedores	43
15 Empréstimos e Financiamentos	44
16 Benefícios Pós-Emprego	48
17 Pesquisa e Desenvolvimento	50
18 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	51
19 Outras Contas a Pagar	53
20 Contingências e Provisões para Litígios	53
21 Patrimônio Líquido	58
22 Receita Operacional Líquida	60
23 Custos e Despesas Operacionais	61
24 Resultado Financeiro	66
25 Contratos de Arrendamento Operacional	66
26 Instrumentos Financeiros	67
27 Transações com Partes Relacionadas	78
28 Seguros (não auditado)	80
29 Eventos Subsequentes	82
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	84
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	86

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Balancos Patrimoniais**

levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVO	NE nº	31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	216.495	812.102
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	4	487.406	497.854
Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos vinculados	4	1.957	63.473
Clientes	5	247.377	213.070
Lucros a receber		-	4.480
Contas a receber vinculadas à concessão	6	80.626	54.700
Outros créditos	7	61.855	28.152
Estoques		23.714	24.429
Imposto de renda e contribuição social	8.1	2.243	280
Outros tributos correntes a recuperar	8.3	1.544	4.449
Despesas antecipadas		2.088	2.095
		1.125.305	1.705.084
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	4	61.931	5.306
Depósitos judiciais	9	20.349	21.652
Contas a receber vinculadas à concessão	6	1.011.240	785.457
Outros créditos	7	1.878	1.878
Outros tributos correntes a recuperar	8.3	2.231	10.453
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	180.073	102.704
		1.277.702	927.450
Investimentos	10	386.873	390.810
Imobilizado	11	5.969.262	5.427.187
Intangível	12	39.156	35.426
		7.672.993	6.780.873
TOTAL DO ATIVO		8.798.298	8.485.957

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



Balancos Patrimoniais
levantados em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Valores expressos em milhares de reais - R\$

PASSIVO	NE nº	31.12.2011	31.12.2010
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	13	56.228	42.321
Fornecedores	14	211.100	167.101
Imposto de renda e contribuição social	8.1	133.348	119.051
Outras obrigações fiscais	8.3	21.385	33.976
Empréstimos e financiamentos	15	59.152	46.233
Dividendos a pagar		600.659	510.952
Benefícios pós-emprego	16	9.785	6.232
Encargos do consumidor a recolher		4.047	3.630
Pesquisa e desenvolvimento	17	13.943	12.569
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	18	615	-
Outras contas a pagar	19	30.999	22.229
		1.141.261	964.294
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	118.530	160.736
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	823.222	822.195
Empréstimos e financiamentos	15	437.549	425.628
Benefícios pós-emprego	16	117.851	104.541
Pesquisa e desenvolvimento	17	34.523	26.285
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	18	25.505	22.249
Provisões para litígios	20	360.068	233.948
		1.917.248	1.795.582
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21		
Capital social		3.505.994	3.505.994
Ajustes de avaliação patrimonial		1.440.745	1.540.695
Reserva legal		212.108	182.162
Reserva de retenção de lucros		145.364	145.364
Dividendo adicional proposto		435.578	351.866
		5.739.789	5.726.081
TOTAL DO PASSIVO		8.798.298	8.485.957

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações de Resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Valores expressos em milhares de reais - R\$

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	31.12.2011	31.12.2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22	2.039.045	1.721.556
Custos Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	23	(72.357)	(58.281)
Encargos de uso da rede elétrica	23	(193.357)	(184.585)
Pessoal	23	(188.251)	(154.605)
Planos previdenciário e assistencial	23	(29.537)	(23.609)
Material	23	(15.150)	(20.252)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	23	(23.047)	(20.704)
Serviços de terceiros	23	(68.120)	(57.808)
Depreciação e amortização	23	(254.690)	(257.278)
Custo de construção	23	(108.533)	(40.372)
Outros custos	23	15.153	(6.902)
		(937.889)	(824.396)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.101.156	897.160
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	23	(35.148)	1.000
Despesas gerais e administrativas	23	(106.300)	(84.862)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	(271.737)	(186.258)
Resultado da equivalência patrimonial	10	(3.487)	(3.345)
		(416.672)	(273.465)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		684.484	623.695
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	24	132.486	107.093
Despesas financeiras	24	(30.843)	(44.782)
		101.643	62.311
LUCRO OPERACIONAL		786.127	686.006
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	8	(264.556)	(221.956)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	77.349	65.072
		(187.207)	(156.884)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		598.920	529.122
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$		0,1708	0,1509

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL Copel Geração e Transmissão



Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	31.12.2011	31.12.2010
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		598.920	529.122
Outros resultados abrangentes			
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:			
Aplicações financeiras	21.3	2.962	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	21.3	(1.007)	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos		1.955	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		600.875	529.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
Valores expressos em milhares de reais - R\$**

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2010		3.505.994	1.641.998	155.706	44.061	435.433	-	5.783.192
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(435.433)	-	(435.433)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	21.3	-	(101.303)	-	-	-	101.303	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	529.122	529.122
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal		-	-	26.456	-	-	(26.456)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	219.702	(219.702)	-
Dividendos		-	-	-	-	132.164	(282.964)	(150.800)
Transferência para a reserva de retenção de lucros		-	-	-	101.303	-	(101.303)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		3.505.994	1.540.695	182.162	145.364	351.866	-	5.726.081
Lucro líquido do exercício	21.5	-	-	-	-	-	598.920	598.920
Outros resultados abrangentes								
Ajuste ref. a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de tributos	21.3	-	1.955	-	-	-	-	1.955
Resultado abrangente total do exercício		-	1.955	-	-	-	598.920	600.875
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	(351.866)	-	(351.866)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	21.3	-	(101.905)	-	-	-	101.905	-
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	21.5	-	-	29.946	-	-	(29.946)	-
Juros sobre o capital próprio	21.5	-	-	-	-	-	(226.913)	(226.913)
Dividendos	21.5	-	-	-	-	435.578	(443.966)	(8.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		3.505.994	1.440.745	212.108	145.364	435.578	-	5.739.789

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	31.12.2011	31.12.2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		598.920	529.122
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Depreciação	11.2	258.615	259.613
Amortização de investimentos - autorização	10.1	-	2.346
Amortização de intangível	12	292	843
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		64.621	50.686
Remuneração de contas a receber vinculadas à concessão	6.1	(330.217)	(189.243)
Resultado da equivalência patrimonial	10.1	3.487	3.345
Imposto de renda e contribuição social	8.4	264.556	221.956
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2.2	(77.349)	(65.072)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.6	35.520	238
Provisão para perdas com créditos tributários	24.6	13.627	-
Provisão para desvalorização em investimentos	24.6	-	1.044
Reversão de provisões para litígios	24.6	123.972	16.193
Provisão para benefícios pós-emprego	16.3	39.953	32.164
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	18.2	17.992	16.526
Baixas de investimentos	10.1	17	44.570
Resultado das baixas de imobilizado	11.2	8.654	13.151
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		126.492	208.940
Lucros recebidos		5.105	-
Depósitos judiciais		1.303	(3.975)
Outros créditos		(33.678)	2.080
Estoques		715	3.166
Imposto de renda e contribuição social		(1.963)	453
Outros tributos correntes a recuperar		(2.939)	(414)
Despesas antecipadas		7	69
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		13.907	(11.685)
Fornecedores		(203.520)	(88.963)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(250.259)	(217.167)
Outras obrigações fiscais		(12.591)	12.301
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	15	(50.992)	(53.409)
Benefícios pós-emprego	16.3	(23.090)	(23.373)
Encargos do consumidor a recolher		417	(161)
Pesquisa e desenvolvimento	18.2	(12.503)	(12.242)
Outras contas a pagar		8.770	(17.126)
Provisões para litígios	20	(13.916)	(4.253)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		573.925	731.723

(continua)

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	31.12.2011	31.12.2010
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		18.301	(265.227)
Adições em investimentos	10.1	(217)	(4)
Adições no imobilizado	11.2	(726.919)	(276.846)
Adições no intangível	12	(156)	(13.367)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		(708.991)	(555.444)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros	15	64.212	164.362
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	15	(27.293)	(30.330)
Caixa recebido na incorporação da Copel Empreendimentos Ltda		-	8.344
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(497.460)	(112.956)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		(460.541)	29.420
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa		(595.607)	205.699
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	812.102	606.403
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	216.495	812.102
Variação no caixa e equivalentes de caixa		(595.607)	205.699

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Informações adicionais sobre os fluxos de caixa**Transações não envolvendo caixa**

Aquisições de imobilizado com acréscimo no saldo de fornecedores		64.913	14.781
------------------------------------------------------------------	--	--------	--------



Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	31.12.2011	31.12.2010
Receitas			
Geração de energia, serviços e outras receitas	23	2.209.258	1.950.644
Receita de construção	23	118.816	41.019
Resultado alienação/desativação bens e direitos		11	915
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.6	(35.520)	(238)
Total		2.292.565	1.992.340
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		79.023	63.414
Encargos de uso da rede elétrica		211.677	201.465
Material, insumos e serviços de terceiros		125.917	116.048
Perda / Recuperação de valores ativos		918	47.693
Custo de construção	24.7	108.533	40.372
Outros insumos		133.361	27.517
Total		659.429	496.509
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.633.136	1.495.831
(-) Depreciação e amortização	24	258.907	262.802
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.374.229	1.233.029
(+) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras	25	132.486	107.093
Resultado de participações societárias		(3.487)	(3.345)
Total		128.999	103.748
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.503.228	1.336.777

(continua)



Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	31.12.2011	%	31.12.2010	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	24.3	177.822		134.551	
Planos previdenciário e assistencial		37.860		30.535	
Auxílio alimentação e educação	24.3	14.619		12.327	
Encargos sociais - FGTS		12.057		9.397	
Indenizações trabalhistas	24.3	19.359		6.363	
Participação nos lucros e/ou resultados	24.3	9.109		14.373	
Apropriação no imobilizado em curso	24.3	(35.014)		(14.767)	
Total		235.812	15,7	192.779	14,4
Governo					
Federal		577.126		513.178	
Estadual		46.874		46.628	
Municipal		1.080		963	
Total		625.080	41,6	560.769	42,0
Terceiros					
Juros e multas		30.824		44.737	
Arrendamentos e aluguéis	26.1	5.669		5.121	
Doações, subvenções e contribuições	24.8	6.923		4.249	
Total		43.416	2,9	54.107	4,0
Acionistas					
Remuneração do capital próprio		226.913		219.702	
Dividendos propostos		443.966		282.964	
Lucros retidos na empresa		(71.959)		26.456	
Total		598.920	39,8	529.122	39,6
		1.503.228	100,0	1.336.777	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras



COPEL Copel Geração e Transmissão



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Contexto Operacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel Geração e Transmissão ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel (Copel ou Controladora). Explora os serviços de geração e de transmissão de energia elétrica através de 17 usinas hidrelétricas e uma termelétrica, totalizando 4.549,6 MW de capacidade instalada, o serviço de transmissão, através de 31 subestações com tensões iguais ou superiores a 230 kV, e 2.028,7 km de linhas de transmissão, pertencentes principalmente à rede básica do sistema brasileiro de transmissão, todas localizadas no Estado do Paraná.

1.1 Controladas

1.1.1 UEG Araucária Ltda.

Sociedade limitada em que a Copel Geração e Transmissão detém 60% do capital social. Tem por objeto social a utilização do gás natural para transformação deste insumo em energia elétrica e sua consequente comercialização. A termelétrica tem capacidade instalada de 484,15 MW. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica, emitida pela Aneel em 22.12.1999, com prazo de 30 anos, é prorrogável a pedido da interessada e a critério do Poder Concedente.

1.1.2 Centrais Eólicas do Paraná Ltda.

Sociedade limitada em que a Copel Geração e Transmissão detém 70% do capital social. Empresa constituída para desenvolver a implantação, montagem, funcionamento e exploração comercial de uma usina eólio-elétrica de 2,5 MW, na região de Palmas, Estado do Paraná. A autorização para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica tem prazo de 30 anos a partir de 29.09.1999, prorrogável a critério do Poder Concedente e a pedido da autorizada.

Dando continuidade à reestruturação societária da Companhia, está em andamento o processo de incorporação das Centrais Eólicas do Paraná, e a versão de seus ativos e passivos para a Copel Geração e Transmissão anuída pela Resolução Autorizativa Aneel nº 3319, de 24.01.2012.



1.2 Controladas em conjunto

Os controles compartilhados são decorrentes de acordos entre os acionistas, independentemente do percentual de participação.

1.2.1 Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 51% do capital social votante, constituída em 14.10.2011, para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN. Em 12.01.2012 foi assinado o contrato de concessão nº 001/2012 - Aneel, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 04/2011 sendo: linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 143 km, com origem na subestação de Cascavel Oeste e término da subestação de Umuarama; Subestação Umuarama em 230/138 kV, 300MVA, ambas localizadas no Estado do Paraná. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e a critério exclusivo do Poder Concedente, e poderá ser renovada por no máximo igual período.

1.2.2 Marumbi Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 80% do capital social votante, constituída em 26.12.2011 para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 06/2011, realizado em 16.12.2011, sendo, principalmente, linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 28 km, com origem na subestação de Curitiba e término da subestação de Curitiba Leste; e pela subestação Curitiba Leste em 525/230 kV; no Estado do Paraná. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e a critério exclusivo do Poder Concedente, e poderá ser renovada por no máximo igual período.

1.2.3 Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 20% do capital social votante, constituída em 26.12.2011 para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 06/2011, realizado em 16.12.2011, sendo: linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 140 km, com origem na subestação de Nova Santa Rita e término da subestação de Camaquã 3, localizadas no Rio Grande do Sul; linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 163 km, com origem na subestação de Camaquã 3 e término da subestação de Quinta, localizadas



no Rio Grande do Sul; linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 190 km, com origem na subestação de Salto Santiago, localizada no Paraná e término da subestação de Itá, em Santa Catarina; linha de transmissão em 500 kV, segundo circuito simples, com extensão aproximada de 305 km, com origem na subestação de Itá e término da subestação de Nova Santa Rita, localizada no Rio Grande do Sul; subestação Camaquã 3 em 230/69/13,8 kV, localizada no Rio Grande do Sul. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e a critério exclusivo do Poder Concedente poderá ser renovada por no máximo igual período.

2 Principais Políticas Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as orientações, as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente.

2.2 Base de elaboração

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 10.04.2012.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto da Copel Geração e Transmissão foram incluídas na consolidação da controladora final, Copel, disponibilizada ao público em 26.03.2012 e, por este motivo, não são consolidadas nestas demonstrações financeiras, como permitido pelo CPC 36, no item 10.

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2010 foram efetuadas reclassificações referentes aos fundos exclusivos e rerepresentadas com os novos saldos nestas demonstrações financeiras, para permitir a comparação com o exercício atual, conforme demonstrado a seguir:



GRUPO / Contas	Saldo divulgado	Valor reclassificado	Saldo reapresentado
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	1.163.455	(351.353)	812.102
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	146.454	351.400	497.854
PASSIVO CIRCULANTE			
Outras contas a pagar	22.182	47	22.229

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

De acordo com os CPCs, a preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 6 - Contas a Receber Vinculadas à Concessão;

NE nº 8.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e

NE nº 25 - Contratos de Arrendamento Operacional.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

NE nº 2.14.1 - Receita não faturada;

NE nº 2.24 - Avaliação do valor de recuperação dos ativos;

NE nº 5 - Clientes (PCLD, CCEE e Receita não faturada);

NE nº 11 - Imobilizado;

NE nº 12 - Intangível;



NE nº 16 - Benefícios Pós-Emprego

NE nº 20 - Contingências e Provisões para Litígios; e

NE nº 26 - Instrumentos Financeiros.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação, que são prontamente conversíveis em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Clientes

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada, a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço e encargos de uso da rede contabilizados com base no regime de competência.

2.7 Ajuste a valor presente

Os elementos ativos e passivos quando aplicáveis e relevantes são trazidos ao seu valor presente considerando os prazos e taxas das referidas transações.

2.8 Aplicações financeiras

Incluem instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, mantidos para negociação e mantidos até o vencimento. O tratamento contábil destes instrumentos financeiros está descrito no item 2.28.

2.9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.



2.10 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

2.11 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é registrado no passivo na data em que são aprovados e declarados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

2.12 Participação em empreendimento em conjunto (controladas em conjunto, “*joint venture*”)

Considera-se controlada em conjunto aquela em que nenhum acionista, vinculado a um acordo, exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

Nas demonstrações financeiras da companhia, as participações nas controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.13 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.



2.14 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

2.14.1 Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada a consumidores, a concessionárias e permissionárias de energia, e à receita de utilização da rede de transmissão não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.14.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato, que é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório;
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente; e
- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

2.14.3 Receita de construção e custo de construção

A Interpretação Técnica - ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção e o CPC 30 - Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica.

Os respectivos custos são reconhecidos, quando incorridos na demonstração do resultado do exercício como custo de construção.



A margem de construção adotada para a atividade transmissão referente ao exercício de 2011 e de 2010 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

2.14.4 Receita de juros.

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.14.5 Receita de aluguel

A política da Companhia para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na NE nº 2.15.1.

2.15 Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

2.15.1 A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

2.15.2 A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

2.16 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.



2.17 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

2.18 Provisão de custos socioambientais ou obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

2.19 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 16. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM 600/09, CPC 33.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos nos resultados na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado, dos dois, o maior.

2.20 Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS às alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS, Programa de Formação do Patrimônio do



COPEL Copel Geração e Transmissão



Servidor Público - Pasep e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzindo o custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS relacionados às aquisições para ativo imobilizado são apresentados deduzindo o custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e da contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável que permitam sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração - CAD da Controladora.

A Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09, criou o Regime Tributário de Transição - RTT, aplicável à pessoa jurídica sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ com base no Lucro Real. A adoção deste regime foi optativa para os anos de 2008 e 2009, sendo que para o ano de 2010 passou a ser obrigatória e vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Este regime tem como objetivo neutralizar o potencial impacto tributário decorrente das modificações dos critérios de reconhecimento contábeis das receitas, custos e despesas introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Com a adoção deste regime, as modificações dos critérios de reconhecimento das receitas, custos e despesas não geram efeitos na apuração da base de cálculo dos tributos, tanto sobre as receitas quanto sobre o lucro, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007.

2.21 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo



mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitadas ao prazo da concessão, quando aplicável. A vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

2.22 Contas a receber vinculadas à concessão

2.22.1 Ativo financeiro - transmissão

Refere-se a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão e estão representados pelos seguintes valores: (i) receita de construção da infraestrutura de transmissão para sua disponibilização aos usuários; (ii) a receita de operação e manutenção da infraestrutura quando efetivamente realizados; e (iii) a remuneração financeira garantida pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão sobre tais receitas.

A receita dos contratos de concessão de transmissão é realizada pela disponibilização da infraestrutura aos usuários do sistema, não tem risco de demanda e é, portanto, considerada receita garantida, denominada Receita Anual Permitida - RAP, a ser recebida durante o prazo da concessão. Os valores são faturados mensalmente aos usuários da infraestrutura, conforme relatório emitido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção, operação e manutenção da infraestrutura, esse será recebido diretamente do Poder Concedente por ser um direito incondicional de receber caixa, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e portanto, são classificados como “empréstimos e recebíveis”, sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

2.23 Ativos intangíveis

2.23.1 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.



2.23.2 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.23.3 Ativos intangíveis sem vida útil definida

A Companhia não possui ativos intangíveis sem vida útil definida.

2.24 Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.25 Materiais em estoque

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição.

2.26 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.27 Lucro por ação

O lucro ou prejuízo líquido por ação é calculado com base na média ponderada do número de ações durante o período de divulgação.



2.28 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, clientes, aplicações financeiras, contas a receber vinculadas à concessão, empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público, dentre outras. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

2.28.1 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como “mantidos até o vencimento”. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

2.28.2 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

A mensuração inicial e subsequente dos instrumentos financeiros classificados como “disponível para venda” é efetuada com base no valor justo, sendo que a variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como “disponível para venda”, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do exercício.

2.28.3 Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.



2.28.4 Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

2.28.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.28.6 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como “ao valor justo por meio do resultado” quando são mantidos para negociação ou designados como tais no reconhecimento inicial.

Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na NE nº 26.1.

2.28.7 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.28.8 Baixas de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.28.9 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém fundos de investimentos que operam com instrumentos financeiros derivativos, com objetivo exclusivo de proteger a carteira desses fundos.



2.29 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração financeira tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira.

2.30 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo CPC. A Companhia está analisando o impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

- IAS 19 - Benefícios a Empregados;
- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 11 - Acordos em Conjunto;
- IFRS 12 - Divulgação sobre Participações em Outras Entidades;
- IFRS 13 - Mensuração de Valor Justo; e
- IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.



3 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2011	31.12.2010
Caixa e bancos conta movimento	2.158	7.974
Aplicações financeiras de liquidez imediata	214.337	804.128
	216.495	812.102

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31.12.2011 (100% da variação do CDI em 31.12.2010).

4 Aplicações Financeiras

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários (4.1)	487.406	497.854
Cauções e depósitos vinculados	1.957	63.473
	489.363	561.327
Ativo não circulante		
Títulos e valores mobiliários (4.1)	61.931	5.306
	61.931	5.306



4.1 Títulos e valores mobiliários

Categoria	Nível	Indexador	31.12.2011	31.12.2010
Títulos disponíveis para venda				
CDB	2	CDI	73.219	72.679
Operação Compromissada	2	CDI	32.705	12.998
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	46.322	98.552
NTN - F	1	CDI	31.451	27.309
NTN - B	1	IPCA	1.956	-
LFT	1	Selic	209.283	229.679
LTN	1	Pré-Fixada	103.520	50.622
LFBB	2	CDI	19.296	6.015
LF Caixa	2	CDI	8.270	-
CDB BB	2	CDI	6.205	-
			532.227	497.854
Títulos para negociação				
Derivativos	1	DI Futuro BMF	1	-
			1	-
Títulos mantidos até o vencimento				
LFT	1	Selic	5.920	5.306
LF Caixa	2	CDI	11.189	-
			17.109	5.306
			549.337	503.160
		Circulante	487.406	497.854
		Não Circulante - NC	61.931	5.306

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F e Série B - NTN-B

Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB

Letras Financeiras Ligadas à Caixa Econômica Federal - LF Caixa

Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. As contrapartes têm, pelo menos, a classificação de crédito A. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

Entres os principais valores aplicados, estão:

- Aplicações no BB Atacado 1 Fundo de Investimento Renda Fixa de Longo Prazo do Banco do Brasil, no valor de R\$ 197.371 em 31.12.2011 (R\$ 179.228 em 31.12.2010);
- Aplicações no Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Copel Renda Fixa de Longo Prazo da Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 189.381 em 31.12.2011 (R\$ 172.172 em 31.12.2010);
- A aplicação no Banco do Brasil no valor de R\$ 73.219, atualizado até 31.12.2011 (R\$ 65.612 em 31.12.2010), com remuneração de 100% da taxa DI, como garantia de fiel cumprimento com a Aneel para construção da Usina Hidrelétrica Mauá;



- A constituição de garantia para leilão da Aneel no valor de R\$ 13.231 em 31.12.2011 (R\$ 63.470 em 31.12.2010);
- A constituição de garantia para os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs na CCEE R\$ 13.940 em 31.12.2011 (R\$ 13.018 em 31.12.2010); e
- A constituição de garantia referente ao financiamento para construção de UHE Mauá no valor de R\$ 18.764 em 31.12.2011.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31.12.2011	31.12.2010
Consumidores					
Industrial	13.506	768	986	15.260	15.100
Parcelamento de débitos	-	-	1.434	1.434	1.434
	13.506	768	2.420	16.694	16.534
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	160.549	24.427	19.633	204.609	142.069
Contratos bilaterais	12.758	-	94	12.852	11.279
CCEE	14.726	-	-	14.726	21.053
Ressarcimento de geradores	-	-	1.288	1.288	1.194
	188.033	24.427	21.015	233.475	175.595
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede básica e de conexão	33.781	546	1.132	35.459	22.046
	33.781	546	1.132	35.459	22.046
PCLD (5.1)	-	-	(38.251)	(38.251)	(1.105)
	235.320	25.741	(13.684)	247.377	213.070

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é 12 dias e de 10 dias para as concessionárias e permissionárias de suprimento de energia elétrica.

5.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Saldo	Adições	Saldo
	31.12.2010		31.12.2011
Consumidores, concessionárias e permissionárias			
Industrial	986	-	986
Concessionárias e permissionárias	119	37.146	37.265
	1.105	37.146	38.251



	Saldo 1º.01.2010	Adições	Saldo 31.12.2010
Consumidores, concessionárias e permissionárias			
Industrial	986	-	986
Concessionárias e permissionárias	98	21	119
	1.084	21	1.105

Os critérios utilizados, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

Foi constituída PCLD, no valor de R\$ 37.146, referente a diferenças nos preços faturados na venda de energia de Usina Hidrelétrica Mauá. A Companhia aguarda a definição por parte da Aneel quanto ao pleito de revisão do cronograma de início da operação comercial desta usina para a possível reversão desta provisão.

6 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

6.1 Mutações das contas a receber vinculadas à concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2010	44.070	731.100	775.170
Transferências do não circulante para o circulante	196.923	(196.923)	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(186.293)	-	(186.293)
Remuneração	-	189.243	189.243
Receita de construção	-	62.037	62.037
Em 31.12.2010	54.700	785.457	840.157
Transferências do não circulante para o circulante	222.245	(222.245)	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(196.319)	-	(196.319)
Transferências para imobilizado em serviço	-	(1.004)	(1.004)
Remuneração	-	330.217	330.217
Receita de construção	-	118.815	118.815
Em 31.12.2011	80.626	1.011.240	1.091.866

6.2 Compromissos relativos às concessões de transmissão

6.2.1 LT 500 KV Araraquara 2 - Taubaté

Linha de transmissão arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à LT 500 KV Araraquara 2 - Taubaté montam em R\$ 239.202 em 31.12.2011.

6.2.2 Subestação Cerquilho III 230 KV

Subestação em 230/138KV (300MVA) arrematada no Leilão Aneel nº 001/10, em 10.06.2010.

Os compromissos assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à Subestação Cerquilho III montam em R\$ 43.182 em 31.12.2011.



7 Outros Créditos

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante		
Serviços em curso	8.114	12.236
Parcerias em consórcios	29.483	-
Adiantamento a empregados	3.330	2.392
Desativações em curso	835	310
Adiantamento a fornecedores	5.422	1.494
Aquisição de combustíveis por conta da CCC	6.875	2.406
Serviços prestados a terceiros	3.795	3.408
Alienação de bens e direitos	1.377	1.364
Adiantamento para depósitos judiciais	886	4.470
Salários de empregados cedidos a recuperar	1.633	2.947
PCLD	(2.796)	(4.422)
Outros créditos	2.901	1.547
	61.855	28.152
Ativo não circulante		
Alienação de bens e direitos	1.878	1.878
	1.878	1.878

7.1 Serviços em curso

Refere-se aos serviços em cursos da Companhia, em sua maioria referente aos Programas de Pesquisa, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

8 Tributos

8.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	133.451	103.187
IR e CSLL a compensar com o passivo	(131.208)	(102.907)
	2.243	280
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	264.556	221.958
IR e CSLL a compensar com o ativo	(131.208)	(102.907)
	133.348	119.051

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar, conforme legislação tributária brasileira.

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.



8.2.1 Créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	2.486
Planos previdenciário e assistencial	42.066	36.943
Outras adições temporárias		
Provisões para litígios	84.457	36.130
PCLD	14.331	1.879
Amortização - concessão	18.344	18.344
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	6.922
Provisão para compra de energia	8.049	-
Provisão para particip. nos lucros e resultados	3.418	-
	180.073	102.704
Passivo não circulante		
Regime tributário de transição - RTT		
Efeitos da aplicação do CPC 27 - custo atribuído	750.292	802.556
Efeitos da aplicação do ICPC 01 - contratos de concessão	71.032	17.686
Outras exclusões temporárias		
Capitalização encargos financeiros	1.898	1.953
	823.222	822.195
Líquido	(643.149)	(719.491)

O tributo sobre o plano assistencial está sendo realizado de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

O Conselho de Administração da Controladora aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2011	24.115	73.016	-
2012	-	-	20.355
2013	-	-	(11.063)
2014	-	-	(12.263)
2015	-	-	(17.740)
2016	-	-	(15.556)
2017 a 2019	-	-	(62.794)
2020 a 2022	-	-	(2.642)
após 2022	-	-	(541.446)
	24.115	73.016	(643.149)



8.2.2 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferido

	Saldo em 1º.01.2010	Reconhe- cidos no resultado	Reconheci- dos direta- mente no patrimônio líquido	Saldo em 31.12.2010	Reconhe- cidos no resultado	Reconheci- dos em ou- tros resul- tados abran- gentes	Saldo em 31.12.2011
Ativo não circulante							
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	-	-	2.486	-	-	2.486
Planos previdenciário e assistencial	33.785	3.158	-	36.943	5.123	-	42.066
Outras adições temporárias							
Provisões para litígios	36.828	(698)	-	36.130	48.327	-	84.457
PCLD	1.811	68	-	1.879	12.452	-	14.331
Amortização do direito de concessão	2.392	15.952	-	18.344	-	-	18.344
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	6.922	-	-	6.922
Provisão para compra de energia	-	-	-	-	8.049	-	8.049
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	-	-	-	3.418	-	3.418
	84.224	18.480	-	102.704	77.369	-	180.073
(-) Passivo não circulante							
Regime tributário de transição - RTT							
Efeitos do CPC 27 - custo atribuído	854.742	(52.186)	-	802.556	20	(52.284)	750.292
Efeitos do ICPC 01 - contratos de concessão	12.092	5.594	-	17.686	-	53.346	71.032
Outras exclusões temporárias							
Capitalização encargos financeiros	-	-	1.953	1.953	-	(55)	1.898
	866.834	(46.592)	1.953	822.195	20	1.007	823.222
Líquido	(782.610)	65.072	(1.953)	(719.491)	77.349	(1.007)	(643.149)

8.3 **Outros tributos a compensar e a recolher**

	31.12.2011	31.12.2010
Ativo circulante		
ICMS a recuperar (8.3.1)	1.116	3.706
PIS/Pasep e Cofins a compensar	5.199	337
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(5.199)	(337)
Outros tributos a compensar	428	743
	1.544	4.449
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar (8.3.1)	2.231	10.453
	2.231	10.453
Passivo circulante		
ICMS a recolher	3.674	4.049
PIS/Pasep e Cofins a recolher	12.257	12.191
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	(5.199)	(337)
IRRF sobre JSCP	5.884	16.718
Outros tributos	4.769	1.355
	21.385	33.976

8.3.1 ICMS a recuperar

Dos saldos apresentados como ICMS a recuperar, o valor de R\$ 3.122 refere-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo imobilizado, instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48, conforme determina a Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000.



8.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	31.12.2011	31.12.2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	786.127	686.006
IRPJ e CSLL (34%)	(267.283)	(233.242)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	77.150	74.698
Equivalência patrimonial	(1.185)	(1.137)
Despesas indedutíveis	(655)	(1)
Incentivos fiscais	4.742	2.952
Outros	24	(154)
IRPJ e CSLL correntes	(264.556)	(221.956)
IRPJ e CSLL diferidos	77.349	65.072
Alíquota efetiva - %	23,8%	22,9%

9 Depósitos Judiciais

	31.12.2011	31.12.2010
Fiscais	258	104
Trabalhistas	8.172	12.393
Cíveis		
Cíveis	3.628	5.988
Servidões de passagem	6.612	1.927
	10.240	7.915
Outros	1.679	1.240
	20.349	21.652



10 Investimentos

10.1 Mutação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2010	Equivalência patrimonial	Aportes	Distribuição de lucros	Transferência para bens destinados a alienação	Baixas	Saldo em 31.12.2011
Controladas							
Centrais Eólicas do Paraná	2.769	717	-	(625)	-	-	2.861
UEG Araucária	386.537	(4.204)	-	-	-	-	382.333
	389.306	(3.487)	-	(625)	-	-	385.194
Controladas em conjunto							
Costa Oeste	-	-	204	-	-	-	204
Marumbi	-	-	8	-	-	-	8
Sul Brasileira	-	-	2	-	-	-	2
	-	-	214	-	-	-	214
Outros investimentos							
Bens e direitos para uso futuro	303	-	-	-	(25)	-	278
Estudos e projetos	1.201	-	3	-	-	(17)	1.187
	1.504	-	3	-	(25)	(17)	1.465
	390.810	(3.487)	217	(625)	(25)	(17)	386.873

	Saldo em 1º.01.2010	Equivalência patrimonial	Aporte	Amortização da autorização	Distribuição de lucros	Baixas	Provisão para perdas	Incorporação Copel Empre- endimentos	Saldo em 31.12.2010
Controladas									
Centrais Eólicas do Paraná	2.692	626	-	-	(549)	-	-	-	2.769
Copel Empreendimentos	399.106	(8.995)	-	-	-	-	-	(390.111)	-
Autorização - UEG Araucária	46.916	-	-	(2.346)	-	(44.570)	-	-	-
UEG Araucária	-	5.024	-	-	-	-	-	381.513	386.537
	448.714	(3.345)	-	(2.346)	(549)	(44.570)	-	(8.598)	389.306
Outros investimentos									
Bens e direitos para uso futuro	1.347	-	-	-	-	-	(1.044)	-	303
Estudos e projetos	1.197	-	4	-	-	-	-	-	1.201
	2.544	-	4	-	-	-	(1.044)	-	1.504
	451.258	(3.345)	4	(2.346)	(549)	(44.570)	(1.044)	(8.598)	390.810

11 Imobilizado

11.1 Imobilizado em serviço por classe de ativo

	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
			31.12.2011
Reservatórios, barragens, adutoras	6.787.026	(4.141.109)	2.645.917
Máquinas e equipamentos	3.160.439	(1.758.035)	1.402.404
Edificações	1.299.094	(918.588)	380.506
Terrenos	175.448	-	175.448
Veículos	34.425	(25.246)	9.179
Móveis e utensílios	6.614	(5.169)	1.445
	11.463.046	(6.848.147)	4.614.899



	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado em serviço, líquido
			31.12.2010
Reservatórios, barragens, adutoras	6.800.615	(4.014.351)	2.786.264
Máquinas e equipamentos	3.136.936	(1.657.137)	1.479.799
Edificações	1.304.683	(893.246)	411.437
Terrenos	175.208	-	175.208
Veículos	28.107	(22.751)	5.356
Móveis e utensílios	6.494	(4.977)	1.517
	11.452.043	(6.592.462)	4.859.581

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados principalmente na geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, todavia, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para os contratos de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP, as restrições de utilização da infraestrutura estão estabelecidas no artigo 19 do Decreto Aneel nº 2003/96.

11.2 Mutação do imobilizado

Saldos	Imobilizado		Total
	em serviço	em curso	
Em 1^o.01.2010	5.097.301	311.341	5.408.642
Programa de investimentos - pagos	-	276.846	276.846
Programa de investimentos - a pagar	-	14.781	14.781
Imobiliza�es de obras	24.643	(24.643)	-
Transferências de bens destinados � aliena�o	3	-	3
Quotas de deprecia�o no resultado	(259.613)	-	(259.613)
Quotas de deprecia�o - créditos Pasep/Cofins	(321)	-	(321)
Baixas	(2.432)	(10.719)	(13.151)
Em 31.12.2010	4.859.581	567.606	5.427.187
Programa de investimentos - pagos	-	726.919	726.919
Programa de investimentos - a pagar	-	64.913	64.913
Provisão para litígios	-	16.064	16.064
Imobiliza�es de obras	20.138	(20.138)	-
Transferências de contas a receber vinculadas � concessão	1.004	-	1.004
Quotas de deprecia�o no resultado	(258.615)	-	(258.615)
Quotas de deprecia�o - créditos de Pasep/Cofins	444	-	444
Baixas	(7.653)	(1.001)	(8.654)
Em 31.12.2011	4.614.899	1.354.363	5.969.262



11.3 Taxas de depreciação

	Taxas de depreciação (%)	
	31.12.2011	31.12.2010
Geração		
Equipamento geral	9,73	9,73
Geradores	3,09	3,09
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	2,00
Turbina hidráulica	2,47	2,47
Turbinas a gás e a vapor	5,00	5,00
Resfriamento e tratamento de água	5,00	5,00
Condicionador de gás	5,00	5,00
Administração central		
Edificações	4,00	4,00
Máquinas e equipamentos de escritório	10,00	10,00
Móveis e utensílios	10,00	10,00
Veículos	20,00	20,00

A Companhia, quando aplicável, utiliza as taxas de depreciação definidas pelo órgão regulador, em virtude do direito de indenização ao final do contrato de concessão.

A taxa média para máquinas e equipamentos é de 2,85%.

11.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro de seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor em uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o fim de sua vida útil; e
- apuração do valor em uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.



COPEL Copel Geração e Transmissão



Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, referenciada pelo órgão regulador e aprovada pela Administração da Companhia.

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo, para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Apesar de não ter ocorrido nenhum indicador de perda de valor recuperável de seus ativos operacionais, a Companhia realizou o teste de recuperação.

Com base nas premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

11.5 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - UHE Mauá

Produtor independente formado pelas empresas Copel Geração e Transmissão, com participação de 51%, e pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. Em 10.10.2006, através do Leilão de energia nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Mauá, que terá 361 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 03.07.2007, data da assinatura do contrato.

Os gastos referentes ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul - CECS são contabilizados em contas de imobilizado em curso, na proporção da quota-parte.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 350 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 361 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro-leste do Estado do Paraná.

Em 17.11.2008, a Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou financiamento para a Usina Hidrelétrica Mauá. O valor financiado corresponde a aproximadamente 70% do total a ser desembolsado pela Companhia naquela usina.



A energia da Usina Hidrelétrica Mauá foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 112,96/MWh, na database de 1º.11.2006, atualizado pela variação do IPCA para R\$ 147,73 em 31.12.2011. Foram negociados 192 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2011 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, era de 197,7 MW médios, após a completa motorização.

O empreendimento possui Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA e Projeto Básico Ambiental apresentados em audiências e reuniões públicas e aprovados pelo órgão licenciador, o que permitiu a emissão da Licença de Instalação nº 6.496/08. A ordem de serviço que determinou o início das obras da Usina Hidrelétrica Mauá foi assinada em 21.07.2008.

Devido à liminar judicial no âmbito da Ação Civil Pública nº 1999.7001.007514-6, que provocou atraso no início da geração comercial de cada uma das unidades geradoras, a Companhia está lastreando os CCEARs relativos à UHE Mauá com geração própria e com energia adquirida em contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

O empreendimento entrará em operação comercial no segundo semestre de 2012.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado, na proporção de quota-parte no consórcio. Em 31.12.2011, o saldo no Ativo Imobilizado em Curso da Copel Geração e Transmissão relativo ao empreendimento totalizava R\$ 706.843.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Mauá montam em R\$ 31.011 em 31.12.2011 (R\$ 162.035 em 31.12.2010).

11.6 UHE Colíder

Em 30.07.2010, através do Leilão de energia nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, que terá 300 MW de potência instalada, com prazo de 35 anos a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato e Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região norte do Estado do Mato Grosso.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 1.570.400, valor com database de julho de 2010.



COPEL Copel Geração e Transmissão



A Companhia está solicitando o enquadramento de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a Usina Hidrelétrica Colíder.

A energia da Usina Hidrelétrica Colíder foi comercializada em leilão da Aneel à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizado pela variação do IPCA para R\$ 113,13 em 31.12.2011. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

A ordem de serviço que autoriza o início das obras de implantação foi assinada em 1º.03.2011. Por determinação da Sema-MT, as obras estiveram embargadas entre 20.09.2011 e 19.10.2011. Prosseguem as atividades de mobilização de equipamentos e mão de obra e montagem do canteiro e acampamento. Está concluída a enscadeira de 1ª fase e iniciados os serviços de execução da enscadeira de 2ª fase. Concluída a escavação em rocha na região da área de montagem e vertedouro, onde teve início o lançamento de concreto estrutural. Na casa de força, a escavação está em andamento, estando já concluída a escavação comum na barragem de fechamento na margem direita. Os acessos provisórios e definitivos das estruturas do barramento da margem direita e do circuito de geração prosseguem em construção.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado. Em 31.12.2011, o saldo no Ativo Imobilizado em Curso da Copel Geração e Transmissão relativo ao empreendimento totalizava R\$ 507.444 (R\$ 8.960 em 31.12.2010).

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à UHE Colíder montam em R\$ 901.201 em 31.12.2011.

11.7 PCH Cavernoso II

Em 26.8.2010, no Leilão nº07/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão comercializou a energia da PCH Cavernoso II, empreendimento com 19 MW de potência instalada, localizado no rio Cavernoso, nos municípios de Virmond e Candói, no Estado do Paraná. Em função desta comercialização, obteve outorga de autorização para implantação e exploração do empreendimento, com prazo de 35 anos a partir de 28.02.2011, data da publicação da Portaria nº 133, de 25.2.2011, do Ministério de Minas e Energia.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força de 19 MW de potência instalada, suficientes para atender a cerca de 50 mil habitantes.

O Projeto tem investimento total previsto em aproximadamente R\$ 120.000, valor com database de agosto de 2010.



A energia da PCH Cavernoso II foi comercializada à tarifa final de R\$ 146,99/MWh, na database de 1º.08.2010, atualizado pela variação do IPCA para R\$ 160,75 em 31.12.2011. Foram negociados 7,73 MW médios, a serem fornecidos a partir de novembro de 2012 por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida na Portaria nº 133, de 25.02.2011, do Ministério de Minas e Energia, é de 10,56 MW médios.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços referentes à PCH Cavernoso montam em R\$ 60.001 em 31.12.2011.

A Ordem de serviço que autoriza o início da mobilização e conseqüente início das obras de implantação foi assinada em 18.04.2011. As obras civis prosseguem, com execução do concreto da casa de força, escavação do canal e túnel de adução, execução da barragem e readequação de acesso secundário com execução de pavimentação poliédrica. Estão concluídos os concretos do muro de abraço direito, adufas de desvio e vertedouro. Está sendo executada também a montagem dos condutos forçados.

12 Intangível

	Direito de uso de softwares	Contrato de concessão	Amortização acumulada	Outros	31.12.2011
Em serviço					
Com vida útil definida	3.140	-	(2.281) ⁽¹⁾	43	902
Com vida útil indefinida	-	-	-	18	18
	3.140	-	(2.281)	61	920
Em curso (12.2)	10.430	26.120	-	1.686	38.236
					39.156

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%

	Direito de uso de softwares	Contrato de concessão	Amortização acumulada	Outros	31.12.2010
Em serviço					
Com vida útil definida	2.287	-	(1.984) ⁽¹⁾	43	346
Com vida útil indefinida	-	-	-	18	18
	2.287	-	(1.984)	61	364
Em curso (12.2)	11.591	22.249	-	1.222	35.062
					35.426

⁽¹⁾ Taxa anual de amortização: 20%



12.1 Mutação do intangível

Saldos	Contrato de Concessão		Outros	Total
	em curso	em serviço	em curso	
Em 1º.01.2010	9.048	443	210	9.701
Programa de investimentos	-	-	13.367	13.367
Contas a pagar vinculadas à concessão-uso do bem público	40.243	-	-	40.243
Ajustes a valor presente - uso do bem público	(27.042)	-	-	(27.042)
Capitalizações	-	764	(764)	-
Quotas de amortização	-	(843)	-	(843)
Em 31.12.2010	22.249	364	12.813	35.426
Programa de investimentos	-	-	156	156
Contas a pagar vinculadas à concessão-uso do bem público	5.457	-	-	5.457
Ajustes a valor presente - uso do bem público	(1.586)	-	-	(1.586)
Capitalizações	-	853	(853)	-
Quotas de amortização	-	(292)	-	(292)
Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins	-	(5)	-	(5)
Em 31.12.2011	26.120	920	12.116	39.156

12.2 Contrato de concessão em curso

Ativo intangível relativo ao direito de uso do bem público - UBP na modalidade de concessão onerosa. Este ativo intangível será constituído pelo prazo dos contratos de concessão.

Em 31.12.2011 a Companhia possuía os seguintes valores registrados: referente ao Contrato de Concessão - UHE Mauá: R\$ 12.341(R\$ 10.926 em 31.12.2010) ao Contrato de Concessão - UHE Colíder R\$ 13.779 (R\$ 11.323 em 31.12.2010).

13 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2011	31.12.2010
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	10.250	7.511
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	6.217	4.782
	16.467	12.293
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	2	31
Férias	19.823	15.308
Participação nos lucros e/ou resultados	9.403	14.689
Desligamentos voluntários	10.533	-
Consignações a favor de terceiros	-	-
	39.761	30.028
	56.228	42.321



14 Fornecedores

	31.12.2011	31.12.2010	
Encargos de uso da rede elétrica	25.016	21.725	
Suprimento de energia elétrica	7.254	5.506	
Materiais e serviços			
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação (14.1)	53.998	48.312	
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação - NC (14.1)	107.996	144.936	
Cia Paranaense de Gás - Compagas - repactuação (14.2)	5.410	5.462	
Cia Paranaense de Gás - Compagas - repactuação - NC (14.2)	10.534	15.800	
Outros fornecedores	119.422	86.096	
	297.360	300.606	
	329.630	327.837	
	Circulante	211.100	167.101
	Não circulante - NC	118.530	160.736

14.1 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - repactuação

Em 06.03.2006, a Companhia assinou acordo com a Petrobras, visando equacionar as pendências referentes ao contrato de gás para a Usina Termelétrica de Araucária. O acordo consistiu na assinatura de Contrato de Transação Extrajudicial pelo qual a Copel Geração, tendo a Copel como devedora solidária, confessou dívida de R\$ 150.000 para com a Petrobras, esta na qualidade de cessionária dos créditos da Compagas com a Copel Geração, a ser paga em 60 parcelas mensais, a partir de janeiro de 2010, sendo os valores corrigidos pela taxa Selic.

14.2 Companhia Paranaense de Gás - Compagas - repactuação

Em 30.05.2006, a Copel Geração assinou Termo de Ratificação de Quitação Mútua com a Compagas, no qual as partes dão-se plena, geral, rasa, irrevogável e irretroatável quitação mútua de todas as obrigações e direitos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural que celebraram entre si em 30.05.2000, rescindido em 31.05.2005, nada mais tendo a reclamar uma contra a outra, a qualquer título, a partir da assinatura do Contrato de Transação Extrajudicial com Confissão de Dívida que ajustaram juntamente com a Petrobras, com a participação da Copel, remanescendo a dívida ali confessada pela Copel Geração.



15 Empréstimos e Financiamentos

	Principal	Encargos	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			31.12.2011 Total	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Moeda estrangeira						
BID (15.1)	-	-	-	9.233	-	-
	-	-	-	9.233	-	-
Moeda nacional						
Eletrobrás (15.2)	32.536	-	32.536	32.173	113.875	144.781
Finep (15.3)	1.951	11	1.962	1.967	3.904	5.855
BNDES (15.4)	9.718	2.618	12.336	1.389	159.901	137.496
Banco do Brasil Repasse BNDES (15.5)	9.716	2.602	12.318	1.471	159.869	137.496
	53.921	5.231	59.152	37.000	437.549	425.628
	53.921	5.231	59.152	46.233	437.549	425.628

Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	31.12.2011	%	31.12.2010	%
Moeda estrangeira				
Cesta de moedas do BID	-	-	9.233	1,96
	-	-	9.233	1,96
Moeda nacional				
TJLP	350.290	70,52	285.674	60,54
Finel	146.411	29,48	176.954	37,50
	496.701	100,00	462.628	98,04
	496.701	100,00	471.861	100,00

Indexador e variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos

Moeda/Indexador	Variação (%)	
	31.12.2011	31.12.2010
Cesta de moedas do BID	-	3,86
TJLP	6,00	6,00
Finel	1,01	2,18



Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	31.12.2011	31.12.2010
2012	-	-	-	49.879
2013	-	53.922	53.922	51.311
2014	-	55.688	55.688	51.311
2015	-	53.736	53.736	49.359
2016	-	37.467	37.467	33.275
2017	-	21.200	21.200	17.186
2018	-	21.200	21.200	17.186
2019	-	21.200	21.200	17.186
2020	-	21.200	21.200	17.186
2021	-	21.200	21.200	17.186
2022	-	21.200	21.200	17.186
após 2022	-	109.536	109.536	87.377
	-	437.549	437.549	425.628

Mutação de empréstimos e financiamentos

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2010	19.148	9.189	33.468	291.620	353.425
Ingressos	-	-	-	164.362	164.362
Encargos	656	-	33.234	-	33.890
Varição monetária e cambial	(647)	700	424	3.446	3.923
Transferências	9.889	(9.889)	33.800	(33.800)	-
Amortização - principal	(9.654)	-	(20.676)	-	(30.330)
Amortização - juros e variação	(10.159)	-	(43.250)	-	(53.409)
Em 31.12.2010	9.233	-	37.000	425.628	471.861
Ingressos	-	-	-	64.212	64.212
Encargos	13	-	37.376	-	37.389
Varição monetária e cambial	(41)	-	83	1.482	1.524
Transferências	-	-	53.773	(53.773)	-
Amortização - principal	(4.827)	-	(22.466)	-	(27.293)
Amortização - juros e variação	(4.378)	-	(46.614)	-	(50.992)
Em 31.12.2011	-	-	59.152	437.549	496.701

15.1 Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Empréstimo para a Usina Hidrelétrica de Segredo e Derivação do Rio Jordão, liberado a partir de 15.01.1991, totalizando US\$ 135.000. A dívida é amortizada semestralmente, com vencimento final em janeiro de 2011. Os juros são calculados de acordo com a taxa de captação do BID, a qual, para o quarto trimestre de 2010, foi de 4,13% a.a.

O contrato foi liquidado em seu vencimento, em 15.01.2011.



15.2 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Foram originados empréstimos de recursos do Fundo de Financiamento da Eletrobrás - Finel para expansão dos sistemas de geração e transmissão. A amortização dos contratos vincendos iniciou em setembro de 1994 e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 5,0% a 8,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel.

15.3 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

	31.12.2011	31.12.2010
Contrato nº 02070791-00 (1)	3.440	4.586
Contrato nº 02070790-00 (2)	2.426	3.236
	5.866	7.822

- 1) Contrato nº 02070791-00, assinado em 28.11.2007, com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007”.

Crédito no valor de R\$ 5.078, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 1.464, foi liberada em abril de 2008, a segunda, de R\$ 2.321, em maio de 2009, a terceira de R\$ 866, em dezembro de 2010 e as demais parcelas conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros fixos de 6,37% a.a. resultante do fator de equalização, pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor está sendo pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014.

Como garantia ao contrato, a Companhia autoriza o Banco do Brasil a efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada.

- 2) Contrato nº 02070790-00, assinado em 28.11.2007 com o objetivo de custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do “Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007”.

Crédito no valor de R\$ 3.535, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 844, foi liberada em outubro de 2008, a segunda, R\$ 2.451 em dezembro de 2009, e as demais serão liberadas conforme disponibilidade financeira e orçamentária. Para atender a despesas de inspeção e supervisão é destinado 1% dos recursos ingressados. Sobre o principal da dívida são calculados juros fixos de 6,13 % a.a. resultante do fator de equalização, pagos no dia 15 de cada mês, inclusive no período de carência. O saldo devedor está sendo pago à Finep em 49 parcelas mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.12.2010 e a última em 15.12.2014.



Como garantia ao contrato, a Companhia autoriza o Banco do Brasil a efetuar bloqueio dos recebimentos feitos regularmente, nos valores indicados pela Finep, na conta corrente proveniente da arrecadação mensal da financiada.

15.4 BNDES

Contrato nº 08.2.0989.1, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e o BNDES, com interveniência da Copel, assinado em 17.03.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente, de acordo com as necessidades do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES.

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 1,63% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Companhia se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do BNDES, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora para tal fim, além de constituir e manter duas “Contas-Reserva” para o caso de haver insuficiência de recursos na “Conta Centralizadora”. A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre Copel Geração e Transmissão, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em julho de 2009, no valor de R\$ 55.748, a segunda em fevereiro de 2010, no valor de R\$ 29.193, a terceira ocorreu em dezembro de 2010, no valor de R\$ 52.555, a quarta em junho de 2011, no valor de R\$ 27.489 e a última, no valor de R\$ 8.634, em novembro de 2011.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

15.5 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato nº 21/02000-0, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e o Banco do Brasil, com interveniência da Copel, assinado em 16.04.2009, com o objetivo de implementar o empreendimento UHE Mauá, e Sistema de Transmissão Associado, em consórcio com a Eletrosul, totalizando R\$ 169.500, desembolsados parceladamente de acordo com o Quadro de Usos e Fontes, anexo ao contrato.

A dívida será amortizada em 192 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento da primeira parcela em 15.02.2012 e a última em 15.01.2028, com juros de 2,13% a.a. acima da TJLP, pagos trimestralmente no período de carência, e mensalmente a partir da primeira amortização do



COPEL Copel Geração e Transmissão



principal. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Companhia se obriga a ceder e vincular em garantia, em favor do Banco do Brasil, a totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, por meio de abertura de uma conta centralizadora para tal fim, além de constituir e manter duas contas-reserva para o caso de haver insuficiência de recursos na conta centralizadora. A operacionalização da garantia será através de um Contrato de Cessão e Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças, firmado entre Copel Geração e Transmissão, BNDES e Banco do Brasil.

A primeira liberação ocorreu em agosto de 2009, no valor de R\$ 55.748, a segunda em março de 2010, no valor de R\$ 29.193, a terceira ocorreu em dezembro de 2010, no valor de R\$ 52.555, a quarta em junho de 2011, no valor de R\$ 27.498, e a última no valor de R\$ 8.600 em novembro de 2011.

O contrato contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

15.6 Contratos com cláusulas de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como: alterar a participação acionária da Companhia no capital social que represente alteração de controle sem a prévia anuência; não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2011 todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.

16 Benefícios Pós-Emprego

16.1 Plano de benefício previdenciário

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.



As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33, que trata de benefícios a empregados. As premissas econômicas e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da patrocinadora.

16.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

16.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2011	31.12.2010
Plano previdenciário (16.1)	3.913	2.118
Plano assistencial (16.2)	123.723	108.655
	127.636	110.773
Circulante	9.785	6.232
Não circulante	117.851	104.541

Os valores reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2011	31.12.2010
Plano previdenciário (CD)	13.582	13.191
Plano previdenciário (CD) - administradores	-	43
Plano assistencial - pós-emprego	19.542	13.146
Plano assistencial	6.829	5.781
Plano assistencial - administradores	-	3
	39.953	32.164
(-) Apropriação no imobilizado em curso	(2.093)	(1.629)
	37.860	30.535

O custo anual estimado para o exercício de 2011 pelo atuário independente resultou em receita devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.



Mutação de benefícios pós-emprego

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 1º.01.2010	5.969	96.013	101.982
Apropriação do cálculo atuarial	-	13.146	13.146
Contribuições previdenciárias e assistenciais	19.018	-	19.018
Transferências	4.618	(4.618)	-
Amortizações	(23.373)	-	(23.373)
Em 31.12.2010	6.232	104.541	110.773
Apropriação do cálculo atuarial	-	19.542	19.542
Contribuições previdenciárias e assistenciais	20.411	-	20.411
Transferências	6.232	(6.232)	-
Amortizações	(23.090)	-	(23.090)
Em 31.12.2011	9.785	117.851	127.636

16.4 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33

16.4.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2011 e 2010, estão demonstradas a seguir:

	2011		2010	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,20%	-	5,07%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	5,39%	10,87%	6,00%	11,37%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,17%	2,00%	7,17%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 83
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light M

17 Pesquisa e Desenvolvimento

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.



17.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2010
FNDCT	-	1.263	-	1.263	1.113
MME	-	632	-	632	556
P&D	4.047	-	42.524	46.571	37.185
	4.047	1.895	42.524	48.466	38.854
			Circulante	13.943	12.569
			Não circulante	34.523	26.285

17.2 Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT circulante	MME circulante	P&D circulante	P&D não circulante	Total
Em 1º.01.2010	596	298	10.847	19.928	31.669
Constituições	6.610	3.305	14	6.597	16.526
Juros Selic	-	-	-	2.901	2.901
Transferências	-	-	3.141	(3.141)	-
Recolhimentos	(6.093)	(3.047)	-	-	(9.140)
Conclusões	-	-	(3.102)	-	(3.102)
Em 31.12.2010	1.113	556	10.900	26.285	38.854
Constituições	7.195	3.599	629	6.569	17.992
Juros Selic	-	-	-	4.123	4.123
Transferências	-	-	2.454	(2.454)	-
Recolhimentos	(7.045)	(3.523)	-	-	(10.568)
Conclusões	-	-	(1.935)	-	(1.935)
Em 31.12.2011	1.263	632	12.048	34.523	48.466

18 Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela utilização do bem público - UBP incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão, sendo a contrapartida do valor registrada no ativo intangível.

	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
UHE Mauá (18.1)	615	-	11.726	10.926
UHE Colider (18.2)	-	-	13.779	11.323
	615	-	25.505	22.249

	Valor Nominal	Valor Presente
2012	637	615
2013	850	780
2014	850	739
2015	2.218	1.773
Após 2015	63.868	22.213
	68.423	26.120



18.1 UHE Mauá (NE nº 11.5)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, o valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de 1.262), conforme cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 001/07 - MME UHE Mauá.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 5,65% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 31.12.2011 é de R\$ 12.341 (R\$ 10.926 em 31.12.2010).

18.2 UHE Colíder (NE 11.6)

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Companhia recolherá à União, da entrada em operação comercial da UHE ao 35º ano de concessão, ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, o valor das parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, conforme Cláusula sexta do Contrato de Concessão nº 001/11 - MME UHE Colíder.

As parcelas serão corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de desconto real e líquida em torno de 7,74% a.a., compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

O valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público em 31.12.2011 é de R\$ 13.779 (R\$ 11.323 em 31.12.2010).



19 Outras Contas a Pagar

	31.12.2011	31.12.2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	18.200	15.267
Parcerias em consórcios	7.031	339
Cauções em garantia	3.058	1.158
Entidades seguradoras	1.288	1.668
Taxa de fiscalização Aneel	623	797
Outras obrigações	799	3.000
	30.999	22.229

20 Contingências e Provisões para Litígios

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

	31.12.2011		31.12.2010	
	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados
Fiscais (20.1)	6.308	-	25.388	1
Trabalhistas (20.2)	20.379	2.082	22.511	4.326
Benefícios a empregados (20.3)	13.236	-	6.193	-
Cíveis (20.4)				
Cíveis e direito administrativo (20.4.1)	30.522	3.628	27.204	5.988
Servidões de passagem (20.4.2)	2.271	-	6.674	-
Desapropriações e patrimoniais (20.4.2)	271.472	-	130.925	-
	304.265	3.628	164.803	5.988
Ambientais (20.5)	72	-	11	-
Regulatórios (20.6)	15.808	-	15.042	-
	360.068	5.710	233.948	10.315



Mutações das provisões para litígios

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Reversões	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 31.12.2011
Fiscais (20.1)	25.388	6.308	(25.388)	-	-	6.308
Trabalhistas (20.2)	22.511	4.554	(1.570)	-	(5.116)	20.379
Benefícios a empregados (20.3)	6.193	12.037	-	-	(4.994)	13.236
Cíveis (20.4)						
Cíveis e direito administrativo (20.4.1)	27.204	7.699	(1.004)	-	(3.377)	30.522
Serviços de passagem (20.4.2)	6.674	816	(4.790)	-	(429)	2.271
Desapropriações e patrimoniais (20.4.2)	130.925	124.483	-	16.064	-	271.472
	164.803	132.998	(5.794)	16.064	(3.806)	304.265
Ambientais (20.5)	11	61	-	-	-	72
Regulatórios (20.6)	15.042	766	-	-	-	15.808
	233.948	156.724	(32.752)	16.064	(13.916)	360.068

	Saldo em 1º.01.2010	Adições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2010
Fiscais(20.1)	24.658	1.775	(1.045)	-	25.388
Trabalhistas (20.2)	17.465	6.958	-	(1.912)	22.511
Benefícios a empregados (20.3)	5.442	3.565	(298)	(2.516)	6.193
Cíveis (20.4)					
Cíveis e direito administrativo (20.4.1)	30.565	18.826	(22.514)	327	27.204
Serviços de passagem (20.4.2)	6.361	1.444	(982)	(149)	6.674
Desapropriações e patrimoniais (20.4.2)	123.990	8.240	(1.302)	(3)	130.925
	160.916	28.510	(24.798)	175	164.803
Ambientais (20.5)	10	1	-	-	11
Regulatórios (20.6)	13.517	1.525	-	-	15.042
	222.008	42.334	(26.141)	(4.253)	233.948

Ações Prováveis

20.1 Fiscais

A Companhia possui ações relacionadas a tributos federais que totalizam R\$ 6.308.

20.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

20.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Copel Geração e Transmissão) que apresentaram



reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

20.4 Cíveis

20.4.1 Cíveis e direito administrativo

Ações em que a Companhia é parte ativa ou passiva e que envolve faturamento, procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.

20.4.2 Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Companhia é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário.

As ações patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária. As demandas judiciais existem quando há necessidade de retomada dos imóveis invadidos por terceiros.

Comporta, por fim, a intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou mesmo quando se trate de imóvel onde há áreas de servidão de passagem.

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação de declaratória que tramitou perante a 1.^a Vara da Fazenda de Curitiba, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí em receber créditos que teriam junto à Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, consistido em quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do mesmo. Com base nesta decisão a Ivaí propôs ação de cobrança, que tramitou perante a 4.^a Vara da Fazenda de Curitiba, cuja decisão, atualmente contestada pela Copel Geração e Transmissão, determinou o pagamento do valor de R\$ 180.917, valor histórico relativo a 31.10.2005, que deverá ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios na ordem de 3,2% de referida importância.

No que concerne à discussão em questão, em Medida Cautelar de relatoria do Ministro Castro Meira, autuada no STJ sob nº 15.372 - PR, foi concedida liminar em favor da Copel Geração e Transmissão para atribuir efeito suspensivo à execução provisória promovida pela Ivaí.



A tese recursal, atualmente em trâmite no STJ, aborda a ausência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, bem como a nulidade do cálculo realizado pelo perito judicial que utilizou parâmetros equivocados para obter o valor da condenação, pois aplicou juros em duplicidade (Selic mais juros). Embora o Tribunal de Justiça tenha afastado a duplicidade na incidência de juros a partir da elaboração do laudo pericial, não analisou as razões recursais que demonstraram que o cálculo contido no laudo pericial já estava viciado.

O processo aguarda desfecho do julgamento do Recurso Especial, de relatoria do Ministro Castro Meira, autuado sob nº 1.096.906, com a retomada da votação pelos Ministros Mauro Campbell Marques e Humberto Martins, após o voto desfavorável do Ministro Relator, publicado em meados de 2011 e que aguarda retorno do feito recursal ao Plenário após o pedido de vista do Ministro Herman Benjamin.

Diante do voto desfavorável e da análise dos precedentes das decisões anteriormente proferidas pelos demais Ministros que participaram do julgamento, a Administração da Companhia, procedeu a uma minuciosa revisão do processo ao longo destes últimos meses e decidiu por remensurar o montante a ser provisionado, de R\$ 125.000, que representava o valor original do débito em discussão, atualizado com juros legais e correção monetária em índices admitidos pela Companhia, para R\$ 243.307, uma vez ponderada a forma de atualização da dívida que ainda está sendo discutida, afastando apenas a incidência de juros nos cálculos periciais e mantendo a cobrança do Selic e a partir daí, com atualização até os dias atuais com base nos parâmetros fixados no acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (juros mais correção monetária). Assim, o montante ora provisionado reflete a expectativa da Companhia em eventual desfecho desfavorável da ação.

Ressalta-se também que a cumulação de juros, no caso, Selic mais juros de mora, é situação rechaçada pelo Poder Judiciário, inclusive pelo próprio STJ em diversos precedentes, razão pela qual considera-se como risco possível, para o caso em comento, a diferença entre o valor considerado como provável e o eventual valor total da condenação, data base 31.12.2011, ou seja, R\$ 207.694

Há que se considerar, ainda, que a Companhia aguarda o julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial na ação rescisória, de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, autuado sob nº 1.121.458, em que busca a desconstituição do débito, por ausência do direito de reclamar a diferença em decorrência da existência de transações administrativas.

20.5 Ambientais

O contencioso ambiental judicial da Companhia refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos



reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Companhia.

20.6 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 15.694, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel Geração e Transmissão será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

Ações Possíveis

	31.12.2011	31.12.2010
Fiscais	6.687	12.893
Trabalhistas	34.924	15.997
Benefícios a empregados	5.203	5.010
Cíveis	411.760	33.616
Regulatórias	1.484	1.203
	460.058	68.719

20.7 Detalhamento das principais causas possíveis

20.7.1 Cíveis

- Causa cível referente à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., tendo como réu o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS. Compete a Copel Geração e Transmissão o percentual de 51% do total do risco da ação, que equivale a R\$ 171.309, atualizado em 31.12.2011. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e afirma que com a concessão de Lavra obtida, tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina;
- Ivaí Engenharia de Obras S.A. Ação que consiste no pleito de compensação por suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel Geração e Transmissão. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível para esta ação o montante de R\$ 207.694. Informações adicionais estão descritas no item 20.4.2, deste relatório.



21 Patrimônio Líquido

21.1 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2011 (e em 31.12.2010), monta a R\$ 3.505.994, composto por 3.505.994.212 ações, todas ordinárias, pertencentes à Copel.

21.2 Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado - custo atribuído, na data da adoção inicial dos CPCs. A contrapartida deste ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta Ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de Lucros acumulados, na medida em que ocorra a realização dos itens avaliados, seja pela depreciação ou eventual baixa.

A movimentação desta conta inclui os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, os quais correspondem aos outros resultados abrangentes da Companhia.

21.3 Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2010	1.641.998
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:	
Custo atribuído - valor justo do imobilizado	(153.489)
Tributos sobre a realização dos ajustes	52.186
Em 31.12.2010	1.540.695
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	
Aplicações financeiras	2.962
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	(1.007)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:	
Custo atribuído - valor justo do imobilizado	(154.401)
Tributos sobre a realização dos ajustes	52.496
Em 31.12.2011	1.440.745

21.4 Reserva de lucros

	31.12.2011	31.12.2010
Reserva legal	212.108	182.162
Reserva de retenção de lucros	145.364	145.364
Dividendo adicional proposto	435.578	351.866
	793.050	679.392

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.



O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembleia Geral, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto. Em atendimento ao disposto no ICPC 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da assembleia geral dos acionistas, quando então é reconhecido como dívida no passivo circulante.

21.5 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2011
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%) - (1)	
Lucro líquido do exercício	598.920
Reserva legal (5%)	(29.946)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	101.905
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	670.879
	201.264
Dividendos propostos, líquido - (2)	
Juros sobre o capital próprio	226.913
IRRF sobre os juros sobre capital próprio	(34.037)
Dividendos propostos	443.966
	636.842
Dividendos adicionais propostos - (2-1)	
	435.578

Considerando o impacto do aumento da despesa de depreciação e baixa em virtude da aplicação das novas normas contábeis (Interpretação técnica ICPC 10) referentes ao ativo imobilizado, a Administração da Companhia deliberou por excluir os efeitos desta depreciação e baixa para fins de dividendos a serem distribuídos aos acionistas, durante a realização de toda a diferença gerada pelo novo valor. Desta forma, a base de cálculo para dividendos, que até o exercício de 2009 refletia o lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas, a partir do exercício de 2010 é acrescida na mesma proporção da realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial.

Ao lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 598.920, devidamente ajustado pela reserva legal de R\$ 29.946, foi adicionada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial de R\$ 101.905. Deste modo, a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios atingiu o montante de R\$ 670.879, os quais foram totalmente distribuídos para a acionista controladora.

Deste montante distribuído, R\$ 226.913 foram contabilizados como despesa financeira para fins fiscais e sua reversão foi efetuada em rubrica própria, conforme praticas contábeis adotadas no Brasil. Considerando a incidência do imposto de renda retido na fonte, no valor de R\$ 34.037, a controladora receberá o valor líquido de R\$ 192.876. Em complemento a este valor, foram provisionados R\$ 8.388 para atingir o valor do dividendo mínimo obrigatório.



A parcela dos juros sobre o capital próprio excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 435.578, será mantida em reserva no Patrimônio Líquido da Companhia, na rubrica Dividendo adicional proposto, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para rubrica do Passivo circulante.

22 Receita Operacional Líquida

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2011
Fornecimento de energia elétrica	158.881	(14.697)	(40.221)	(1.029)	-	102.934
Suprimento de energia elétrica	1.637.776	(142.643)	-	(57.835)	-	1.437.298
Disponibilidade da rede elétrica	372.852	(17.294)	-	(9.303)	-	346.255
Receita de construção	118.816	-	-	-	-	118.816
Outras receitas operacionais	39.749	(3.638)	(1)	(1.384)	(984)	33.742
	2.328.074	(178.272)	(40.222)	(69.551)	(984)	2.039.045

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2010
Fornecimento de energia elétrica	171.140	(15.831)	(41.076)	(1.131)	-	113.102
Suprimento de energia elétrica	1.484.034	(132.094)	-	(51.327)	-	1.300.613
Disponibilidade da rede elétrica	260.055	(14.556)	-	(8.801)	-	236.698
Receita de construção	41.019	-	-	-	-	41.019
Outras receitas operacionais	35.415	(3.245)	(3)	(1.208)	(835)	30.124
	1.991.663	(165.726)	(41.079)	(62.467)	(835)	1.721.556

Encargos do consumidor

	31.12.2011	31.12.2010
Conta de consumo de combustível - CCC	1.808	1.226
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.188	1.158
Quota para reserva global de reversão - RGR	48.563	43.557
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	17.992	16.526
	69.551	62.467



Detalhamento da receita bruta

	31.12.2011	31.12.2010
Fornecimento de energia elétrica		
Industrial	158.881	171.140
	158.881	171.140
Suprimento de energia elétrica		
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	1.372.025	1.230.728
Contratos bilaterais	148.888	155.194
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	116.863	98.112
	1.637.776	1.484.034
Disponibilidade da rede elétrica		
Receita de operação e manutenção - O&M	44.584	42.952
Receita de juros efetivos	328.268	217.103
	372.852	260.055
Outras receitas operacionais		
Arrendamentos e aluguéis	1.207	1.130
Renda da prestação de serviços	38.381	34.219
Outras receitas	161	66
	39.749	35.415

23 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total 31.12.2011
Energia elétrica comprada para revenda (23.1)	(72.357)	-	-	-	(72.357)
Encargos de uso da rede elétrica (23.2)	(193.357)	-	-	-	(193.357)
Pessoal e administradores (23.3)	(188.251)	-	(52.607)	-	(240.858)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 16.3)	(29.537)	-	(8.323)	-	(37.860)
Material (23.4)	(15.150)	-	(954)	-	(16.104)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(23.047)	-	-	-	(23.047)
Serviços de terceiros (23.5)	(68.120)	-	(16.682)	-	(84.802)
Depreciação e amortização	(254.690)	-	(4.217)	-	(258.907)
Provisões e reversões (23.6)	-	(35.520)	-	(137.599)	(173.119)
Custo de construção (23.7)	(108.533)	-	-	-	(108.533)
Outros custos e despesas operacionais (23.8)	15.153	372	(23.517)	(134.138)	(142.130)
	(937.889)	(35.148)	(106.300)	(271.737)	(1.351.074)



Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Total 31.12.2010
Energia elétrica comprada para revenda (23.1)	(58.281)	-	-	-	(58.281)
Encargos de uso da rede elétrica (23.2)	(184.585)	-	-	-	(184.585)
Pessoal e administradores (23.3)	(154.605)	-	(43.532)	-	(198.137)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 16.3)	(23.609)	-	(6.926)	-	(30.535)
Material (23.4)	(20.252)	-	(940)	-	(21.192)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(20.704)	-	-	-	(20.704)
Serviços de terceiros (23.5)	(57.808)	-	(14.461)	-	(72.269)
Depreciação e amortização	(257.278)	-	(3.178)	(2.346)	(262.802)
Provisões e reversões (23.6)	-	(238)	-	(17.237)	(17.475)
Custo de construção (23.7)	(40.372)	-	-	-	(40.372)
Outros custos e despesas operacionais (23.8)	(6.902)	1.238	(15.825)	(166.675)	(188.164)
	(824.396)	1.000	(84.862)	(186.258)	(1.094.516)

23.1 Energia elétrica comprada para revenda

	31.12.2011	31.12.2010
Dona Francisca Energética S.A.	63.045	61.189
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.562	1.614
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	363	609
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(6.666)	(5.132)
Outras - leilão	14.053	1
	72.357	58.281



23.2 Encargos de uso da rede elétrica

	31.12.2011	31.12.2010
Furnas Centrais Elétricas S.A.	29.520	30.184
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	24.023	23.498
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	20.568	20.505
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	18.236	17.011
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	16.335	16.323
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	7.504	8.799
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	7.449	7.215
Novatrans Energia S.A.	7.388	7.137
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS	6.407	6.651
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	6.169	6.067
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	6.157	5.963
ATE II Transmissora de Energia S.A.	3.234	3.057
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	3.200	3.048
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda.	3.049	2.895
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	2.824	2.758
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	2.557	2.443
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	2.525	2.451
NTE Nordeste Transmissora de Energia S.A.	2.191	2.131
ATE Transmissora Energia S.A.	2.124	1.962
Integração Transmissão Energia - Intesa	1.982	1.897
Serra Mesa Transm. Energia Ltda. - SMTE	1.883	1.699
LT Triângulo S.A.	1.692	1.631
ATE III Transmissora Energia S.A.	1.677	1.608
SC Energia - Empresa Transmissora Energia Sta. Catarina	1.576	1.536
Empresa Paraense Transmissão de Energia S.A. - Etep	1.407	1.366
Arthemis Transmissora de Energia S.A.	1.368	1.296
Interligação Elétrica Norte Nordeste - IENNE	777	-
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(18.320)	(16.880)
Outras	27.855	20.334
	193.357	184.585

23.3 Pessoal e administradores

	31.12.2011	31.12.2010
Pessoal		
Remunerações	177.488	134.274
Encargos sociais	54.869	45.212
	232.357	179.486
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	9.109	14.373
Auxílio alimentação e educação	14.619	12.327
Indenização demissões voluntárias/aposentadorias	19.359	6.363
	275.444	212.549
(-) Apropriação no imobilizado em curso (b)	(35.014)	(14.767)
	240.430	197.782
Administradores		
Honorários	334	277
Encargos sociais	94	78
	428	355
	240.858	198.137



a) Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1978/2007 e a Lei Estadual nº 16560/2010.

b) No valor referente à apropriação de mão de obra direta no imobilizado em curso não são consideradas despesas administrativas.

23.4 Material

	31.12.2011	31.12.2010
Combustíveis e peças para veículos	2.990	2.776
Sistema elétrico	4.374	5.192
Cantina	1.760	1.443
Hotéis e hospedarias	1.601	1.408
Construção civil	1.142	4.986
Segurança	452	383
Ferramental de serviço	427	356
Expediente	262	306
Informática	103	219
Outros materiais	2.993	4.123
	16.104	21.192

23.5 Serviços de terceiros

	31.12.2011	31.12.2010
Manutenção do sistema elétrico	10.880	10.575
Consultoria técnica, científica e administrativa	10.327	12.550
Vigilância	9.497	8.522
Apoio administrativo	8.277	7.112
Serviços em área verde	6.985	4.424
Serviços de telecomunicações	6.856	7.726
Manutenção civil	5.873	2.817
Viagens	5.385	4.147
Energia elétrica - consumo	5.197	4.427
Treinamentos	4.348	2.923
Processamento e transmissão de dados	1.951	1.617
Limpeza de faixa de servidão	823	595
Manutenção e conservação de veículos	672	536
Outros serviços	7.731	4.298
	84.802	72.269



23.6 Provisões e reversões

	31.12.2011	31.12.2010
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		
Clientes (NE nº 5.1)	37.146	21
Outros créditos	(1.626)	217
	35.520	238
Provisão para perdas de créditos tributários	13.627	-
Provisão para desvalorização participações societárias	-	1.044
Provisões (reversões) para litígios (NE nº 20)		
Fiscais	(19.080)	730
Trabalhistas	2.984	6.958
Benefícios a empregados	12.037	3.267
Cíveis e direito administrativo	6.695	(3.688)
Serviços de passagem	(3.974)	462
Desapropriações e patrimoniais	124.483	6.938
Ambientais	61	1
Regulatórias	766	1.525
	123.972	16.193
	173.119	17.475

23.7 Custo de construção

	31.12.2011	31.12.2010
Serviços de terceiros	47.041	5.262
Material	39.229	30.531
Pessoal	10.277	4.166
Outros	11.986	413
	108.533	40.372

23.8 Outros custos e despesas operacionais

	31.12.2011	31.12.2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	118.691	106.066
Indenizações	8.302	3.790
Taxa de fiscalização da Aneel	7.606	9.566
Tributos	7.063	6.484
Incentivo ao esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	6.923	4.249
Arrendamentos e aluguéis	5.168	4.725
Seguros	3.318	3.326
Outros custos de manutenção	1.420	21.333
Perdas na desativação e alienação de bens	315	2.207
Recuperação de custos e despesas	(21.887)	(19.782)
Outros custos e despesas, líquidos	5.211	46.200
	142.130	188.164



24 Resultado Financeiro

	31.12.2011	31.12.2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	112.555	87.592
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	11.810	6.594
Multas	2.826	3.449
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	2.726	4.993
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	1.265	1.435
Juros sobre impostos a compensar	933	1.642
Outras receitas financeiras	371	1.388
	132.486	107.093
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias e cambiais	23.305	29.293
Juros sobre P&D	4.123	2.901
Encargos de dívidas	3.064	12.369
IOF	19	45
Outras despesas financeiras	332	174
	30.843	44.782
	101.643	62.311

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2011 totalizaram R\$ 34.324, à taxa média de 7,44% a.a.

25 Contratos de Arrendamento Operacional

25.1 A Companhia como arrendatária

	31.12.2011	31.12.2010
Imóveis	5.228	4.525
Fotocopiadora	289	155
Outros	152	441
(-) Créditos de PIS e Cofins	(501)	(396)
	5.168	4.725

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2011, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação rescisão contratual.

Do total de R\$ 5.228 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 2.937 referem-se ao contrato de locação do Polo Km 3, firmado entre a Copel Geração e Transmissão e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.



25.2 A Companhia como arrendadora

Receita de arrendamentos e aluguéis	31.12.2011	31.12.2010
Imóveis	407	394
Compartilhamento de instalações	800	736
	1.207	1.130

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade da Companhia. O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

26 Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de caixa, Clientes, Contas a receber de entidades governamentais, Aplicações Financeiras, Contas a receber vinculadas à concessão, Contas a pagar vinculadas à concessão, Empréstimos e financiamentos e Fornecedores.

A Companhia mantém mecanismos que buscam a gestão de riscos nas áreas corporativas. Os riscos são classificados como críticos, altos, moderados, baixos ou mínimos de acordo com sua exposição final, a qual leva em consideração os impactos financeiro, operacional e de imagem, além da frequência de ocorrência do risco.

Os principais fatores de riscos inerentes às atividades da Companhia são identificados e dimensionados quanto aos possíveis impactos negativos, de alcance de seus objetivos estratégicos, de processos e de projetos.



26.1 Valor justo e nível de classificação para apuração do valor justo dos Instrumentos Financeiros

	Nível	Valor contábil	
		31.12.2011	31.12.2010
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 3)	-	216.495	812.102
Clientes (NE nº 5)	-	245.959	211.522
Contas a receber de entidades governamentais (NE nº 5)	-	1.418	1.548
Títulos e valores mobiliários (NE nº 4.1)	1	398.453	411.467
Títulos e valores mobiliários (NE nº 4.1)	2	150.884	91.693
Cauções e depósitos vinculados (NE nº 4)	-	1.957	63.473
Contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 6)	3	1.091.866	840.157
Passivos Financeiros			
Empréstimos e financiamentos (NE nº 15)	-	496.701	471.861
Derivativos	1	39	47
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público (NE nº 18)	-	26.120	22.249
Outros fornecedores	-	329.630	327.837

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Para os instrumentos financeiros para os quais não existe cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

26.1.1 Ativos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e contas a receber de entidades governamentais têm valores justos equivalentes aos seus respectivos valores contábeis, devido a sua natureza e prazos de realização.

Os Títulos e valores mobiliários tem valor justo de R\$ 549.337 em 31.12.2011. O valor justo foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

26.1.2 Passivos financeiros não derivativos

Empréstimos e financiamentos tem valor justo de R\$ 451.251 em 31.12.2011. O valor justo foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, de 109,41% da variação do CDI.

Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público tem valor justo de R\$ 23.514 em 31.12.2011, considerando como premissa para o cálculo a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel, vencido pela Companhia.



26.1.3 Ativos e passivos financeiros derivativos

O ativo financeiro derivativo - Futuro de DI Ajuste - Ativo têm valor justo de R\$ 1 em 31.12.2011, classificado na categoria de instrumentos financeiros Mantidos para Negociação.

As outras obrigações - derivativos Futuro de DI Ajuste - Passivo têm valor justo de R\$ 39, em 31.12.2011 (R\$ 47 em 31.12.2010), classificado na categoria de instrumentos financeiros Mantidos para Negociação.

26.2 Categoria de instrumentos financeiros

	Valor contábil	
	31.12.2011	31.12.2010
Ativos Financeiros		
Para negociação		
Equivalentes de caixa - aplicações no mercado aberto	214.337	804.128
Títulos e valores mobiliários	1	-
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	2.158	7.974
Consumidores, concessionárias e permissionárias	245.959	211.522
Contas a receber de entidades governamentais	1.418	1.548
Contas a receber vinculadas à concessão	1.091.866	840.157
Cauções e depósitos vinculados	1.957	63.473
Disponível para venda		
Títulos e valores mobiliários	532.227	497.854
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	17.109	5.306
Passivos Financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Mantido para negociação		
Outras obrigações - derivativos	39	47
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	496.701	471.861
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	26.120	22.249
Outros fornecedores	329.630	327.837

26.3 Resumo dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	Valor justo		Valor contábil líquido	
					31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
LTN	10,45%	23.04.2009	03.01.2011	Custo amortizado	-	1.183	-	1.183
LTN	10,42%	29.04.2009	03.01.2011	Custo amortizado	-	4.957	-	4.957
LFT	SELIC	14.07.2009	07.03.2012	Custo amortizado	5.919	5.303	5.920	5.306
LFT	SELIC	07.08.2009	16.03.2011	Custo amortizado	-	22.651	-	22.654
LFT	SELIC	30.11.2009	15.06.2011	Custo amortizado	-	9.949	-	9.946
LFT	SELIC	13.07.2010	15.06.2011	Custo amortizado	-	22.044	-	22.037
LF CAIXA		03.11.2011	07.11.2013	Custo amortizado	5.089	-	5.089	-
LF CAIXA		07.11.2011	08.11.2013	Custo amortizado	6.101	-	6.101	-



26.4 Fatores de Risco

26.4.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir:

	Valor contábil	
	31.12.2011	31.12.2010
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	216.495	812.102
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários (a)	549.337	503.160
Aplicações financeiras restritas - cauções e depósitos Vinculados (a)	1.957	63.473
Clientes (b)	247.377	213.070
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	1.091.866	840.157
Total	2.107.032	2.431.962

a) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Clientes

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Este risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

c) Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se a indenizações previstas nos contratos de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica e a créditos a receber relacionados aos contratos de concessão da atividade de transmissão a ser realizado através da RAP.



Considerando o entendimento da Companhia que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel) referentes aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados, por meio da tarifa, até o vencimento da concessão e especificamente à atividade de transmissão, considerando que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda, a Administração da Companhia considerada o risco de crédito sobre estes ativos bastante reduzido.

26.4.2 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (26.4.7), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2011
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	214.337	-	214.337
Aplicações financeiras - Cauções e Títulos e valores mobiliários	551.294	-	551.294
Contas a receber vinculadas à concessão	1.091.866	-	1.091.866
Empréstimos e financiamentos	-	(496.701)	(496.701)
	1.857.497	(496.701)	1.360.796

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2011 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 9,90%, IGP-DI - 4,99%, IGP-M - 5,08% e TJLP - 6,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2012 do Relatório Focus, do Bacen, de 30.12.2011. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.



Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2012		
		31.12.2011	Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	Baixa CDI/SELIC	214.337	235.556	230.262	224.947
Aplicações financeiras - Cauções e Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	551.294	605.872	592.255	578.583
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	1.091.866	1.147.333	1.133.466	1.119.599
		1.857.497	1.988.761	1.955.983	1.923.129
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	146.411	147.899	148.270	148.642
Finep	Alta TJLP	5.866	6.218	6.306	6.394
BNDES	Alta TJLP	172.237	182.571	185.155	187.738
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	172.187	182.518	185.101	187.684
		496.701	519.206	524.832	530.458
Exposição líquida		1.360.796	1.469.555	1.431.151	1.392.671
Efeito esperado no resultado			108.759	70.355	31.875

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2011, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

26.4.3 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

Em 31.12.2011 todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento dos parâmetros previstos nos contratos.



26.4.4 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

26.4.5 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2011, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as condições de atendimento à carga são bastante satisfatórias no horizonte 2011/2015, e considera ainda que existem sobras de energia assegurada no SIN nesse período, as avaliações de sensibilidade com relação ao crescimento do mercado, mantidos os cronogramas programados no PEN 2011, é capaz de suportar um crescimento médio anual da carga de até 8% a.a., cerca de 78 GWmed em 2015, contra os 5% a.a. do Cenário de Referência, cerca de 72 GWmed no mesmo ano, o que significa que, mesmo com uma antecipação de pouco mais de um ano no crescimento da carga, a partir de 2013, ainda seria possível manter as condições de atendimento ao mercado dentro do critério de garantia postulado pelo CNPE (riscos de déficit não superior a 5%).

26.4.6 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME, com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.



	Data de vencimento das concessões/autorização
Concessões - Copel Geração e Transmissão	
Hidrelétricas	
Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Governador José Richa (Caxias)	04.05.2030
Governador Pedro Viriato Parigot de Souza	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Chaminé	16.08.2026
Apucarantina	12.10.2025
Mourão	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	15.11.2029
Marumbi	- ^(a)
São Jorge	03.12.2024
Chopim I	07.07.2015
Rio dos Patos ^(b)	14.02.2014
Cavernoso	07.01.2031
Cavernoso II (em construção)	27.02.2046
Melissa	- ^(c)
Salto do Vau	- ^(c)
Pitangui	- ^(c)
Mauá (51% da Copel) - em construção	02.07.2042
Colíder (em construção)	16.01.2046
Termelétrica	
Figueira	26.03.2019
Concessões de transmissão	
Contrato nº 060/01 - Sistema de transmissão	07.07.2015
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariaíva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilha III	05.10.2040

^(a) Em processo de homologação na Aneel

^(b) Encaminhado em 27.01.2011 requerimento solicitando a prorrogação da concessão (art.19 da Lei nº 9.074/95)

^(c) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel

Do total de 2.028,7 km de linhas de transmissão da Companhia, 1.744,3 km tem vencimento da concessão em julho de 2015, 137,1 km em agosto de 2031 (Linha de Transmissão de 230 kV Bateias - Jaguariaíva), 31,6 km em março de 2038 (Linha de Transmissão 230 kV Bateias - Pilarzinho) e 115,7 km em novembro de 2039 (Linha Cascavel Oeste - Foz do Iguaçu), podendo ser renovadas a critério do Poder Concedente.

Quanto a eventual indenização ao final da concessão, existe a incerteza quanto à forma de mensuração do valor a ser pago quando da reversão dos bens ao Poder Concedente.

26.4.7 Instrumentos financeiros derivativos

A companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.



	31.12.2011	31.12.2010
Instrumentos financeiros derivativos		
Futuro DI Ajuste Diários - ativo	1	-
Futuro DI Ajuste Diários - passivo	(39)	(47)
Parcela circulante	(38)	(47)

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

Durante o exercício de 2011, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi uma perda de R\$ 2.726 (ganho de R\$ 53 em 2010).

Os contratos são ajustados diariamente conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 31.12.2011 correspondem a R\$ 88.135 (R\$ 57.253 em 31.12.2010).

Em 31.12.2011, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 5.930 (R\$ 7.993 em 31.12.2010), estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes em 31.12.2011 e, para o cenário provável os saldos com a variação dos indicadores (DI) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2011 do Relatório Focus, do Bacen, de 31.12.2011.

Risco de derivativos	Risco	Base 31.12.2011	Cenários projetados - dez.2012		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - ativos	Alta do DI	1	(16)	(239)	(461)
Derivativos - passivos	Baixa do DI	(39)	(500)	(2.458)	(4.418)
		(38)	(516)	(2.697)	(4.879)
Efeito esperado no resultado			(478)	(2.659)	(4.841)



26.5 Índice de endividamento

Endividamento	31.12.2011	31.12.2010
Dívida - Empréstimos e financiamentos	496.701	471.861
Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras	705.858	1.373.429
Dívida líquida	(209.157)	(901.568)
Patrimônio líquido	5.739.789	5.726.081
Índice de endividamento líquido	-3,64%	-15,74%

26.6 Linhas de financiamentos

A Companhia não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas.

26.7 Tabela de liquidez e juros

As tabelas abaixo demonstram valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo, as projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

Ativo	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2011							
Caixa e equivalentes de caixa	-	216.495	-	-	-	-	216.495
Derivativos	DI Futuro	1	-	-	-	-	1
Títulos e valores mobiliários + Fundos exclusivos	99,9% do CDI	-	6.037	92.266	91.137	-	189.440
Cauções e depósitos vinculados	TR	-	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	17.277	35.606	163.912	2.255.700	1.948.720	4.421.215
		233.773	41.643	256.178	2.346.837	1.948.720	4.827.151
31.12.2010							
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.163.455	-	-	-	-	1.163.455
Títulos e valores mobiliários + Fundos exclusivos	99,9% do CDI	357.492	23.063	33.421	106.898	-	520.874
Cauções e depósitos vinculados	TR	64.078	-	-	-	-	64.078
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	15.280	30.689	145.061	2.368.766	2.076.135	4.635.931
		1.600.305	53.752	178.482	2.475.664	2.076.135	6.384.338

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

⁽²⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento

⁽³⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 15



Passivo	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2011							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 15	11.345	15.752	69.201	308.353	344.084	748.735
Derivativos	DI Futuro	39	-	-	-	-	39
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	3.741	7.481	34.129	207.996	2.040.876	2.294.223
Outros fornecedores	-	139.923	6.419	3.008	2.341	-	151.691
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	61.396	228.616	801.719	-	1.091.731
		155.048	91.048	334.954	1.320.409	2.384.960	4.286.419
31.12.2010							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 15	18.051	8.316	52.127	362.301	271.412	712.207
Derivativos	DI Futuro	47	-	-	-	-	47
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	-	-	-	7.828	158.322	166.150
Outros fornecedores	-	103.296	5.430	409	4.193	-	113.328
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	43.105	202.350	1.075.134	-	1.320.589
		121.394	56.851	254.886	1.449.456	429.734	2.312.321

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada



27 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Acionistas controladores						
Estado do Paraná						
Remuneração e encargos sociais - empregados cedidos (1)	1.418	1.548	-	-	-	-
ICMS (NE nº 8.3)	3.347	14.159	3.674	4.049	-	-
BNDES						
Financiamento UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado (NE nº 15.4)	-	-	172.237	138.885	(23.377)	(6.090)
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	600.659	510.952	-	-
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 23.3)	-	-	-	-	(428)	(355)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 16)	-	-	-	-	-	(46)
Controladas						
Centrais Eólicas do Paraná Ltda.						
Lucros a receber	-	4.480	-	-	-	-
UEG Araucária Ltda.						
Rede básica e de conexão	154	60	-	-	964	1.175
Entidades sob controle comum						
Copel Distribuição S.A. (2)						
Suprimento de energia elétrica	15.386	9.064	-	-	91.849	79.243
Rede básica e de conexão	9.475	7.137	-	-	75.368	68.923
Sistema de distribuição	-	-	285	256	(3.315)	(3.042)
Prestação de serviços	-	-	299	276	(5.197)	(4.419)
Copel Telecomunicações S.A. (3)						
Serviços de telecomunicações	-	-	605	575	(6.856)	(7.755)
Companhia Paranaense de Gás - Compagas						
Repactuação - aquisição de gás (NE nº 14.2)	-	-	15.944	21.262	(2.009)	(2.185)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (4)						
Prestação de serviços	499	481	-	-	5.917	5.839
Outras partes relacionadas						
Dona Francisca Energética						
Compra de energia elétrica (5)	-	-	5.600	5.506	(63.045)	(61.189)
Foz do Chopim Energética Ltda.						
Operação e manutenção (6)	131	109	-	-	1.390	1.272
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	3.061	2.810
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 16)	-	-	127.636	110.773	-	-
Instit. de Tecnol. p/ o Desenvolvimento - Lactec (7)						
Prestação de serviço e Pesquisa e Desenvolvimento	2.366	7.810	371	60	(5.753)	(7.569)

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Geração e Transmissão com as partes relacionadas são realizados em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.

- 1) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 31.12.2011 foi constituída PCLD no valor de R\$ 2.142 (R\$ 1.548 em 31.12.2010).
- 2) A Companhia mantém com a Copel Distribuição Contratos de compra e venda de energia no Ambiente Regulado – CCARs, Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão -CCT.



- 3) A Companhia mantém com a Copel Telecomunicações contrato de prestação de serviços de telecomunicação, com vencimento em 30.11.2012.
- 4) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 06.10.2015.
- 5) Contratos de prestação de serviços realizado entre a Elejor e a Copel Geração e Transmissão, de operação e manutenção, com vencimento em 01.10.2014 e de assessoramento, consultoria técnico científica, com vencimento em 20.12.2011.
- 6) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, realizado entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 24.05.2015.
- 7) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.



28 Seguros (não auditado)

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (28.1)	24.08.2012	1.180.345
Incêndio - imóveis próprios e locados (28.2)	24.08.2012	53.197
Responsabilidade civil (28.3)	24.08.2012	12.000
Engenharia (28.4)	24.08.2012	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (28.5)	24.08.2012	apólice por averbação
Riscos diversos (28.6)	24.08.2012	750
Garantia de Fiel Cumprimento (28.7)	15.01.2013	14.700
Garantia de Fiel Cumprimento (28.7)	1º.04.2013	4.574
Garantia de Fiel Cumprimento (28.7)	30.07.2015	63.313
Responsabilidade Civil para diretores e administradores - D&O (28.8) *	30.06.2012	46.895

* Os valores das importâncias seguradas de Responsabilidade civil para diretores e administradores foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2011, R\$ 1,8758.

28.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

28.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados - cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval.

28.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

28.4 Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.



28.5 Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizada para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.

28.6 Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

28.7 Garantia de fiel cumprimento

Garante a indenização dos prejuízos decorrentes da inadimplência do tomador Copel Geração e Transmissão no cumprimento das obrigações assumidas nos contratos de concessões firmados com a Aneel.

28.8 Responsabilidade civil para Diretores e Administradores - D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - *Directors & Officers*, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro de seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Companhia e pessoas indicadas pela Companhia para ocupar cargos equivalentes.



29 Eventos Subsequentes

29.1 Novos investimentos

29.1.1 Caiuá Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 49% do capital social votante, constituída em 02.01.2012 para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 06/2011, realizado em 16.12.2011, sendo principalmente linha de transmissão em 230 kV com extensão aproximada de 105 km, com origem na subestação de Umuarama e término da subestação de Guairá; linha de transmissão em 230 kV com extensão aproximada de 32 km, com origem na subestação de Cascavel Oeste e término da subestação de Cascavel Norte; subestação em 230/69-13,8 kV Santa Quitéria; subestação de 230/138-13,8 kV Cascavel Norte, ambas localizadas no Paraná. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e, a critério exclusivo do poder concedente, poderá ser renovado por no máximo igual período.

29.1.2 Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.

Sociedade de Propósito Específico - SPE em que a Copel Geração e Transmissão detém 49% do capital social votante, constituída em 10.01.2012 para implantar e explorar o negócio de energia elétrica, mediante concessão de transmissão de rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, tendo como objeto a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no edital do Leilão Aneel nº 06/2011, realizado em 16.12.2011, sendo principalmente linha de transmissão em 500 kV com extensão aproximada de 365 km, com origem na subestação de Açailândia e término da subestação de Miranda II, localizada no Maranhão. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato e, a critério exclusivo do poder concedente, poderá ser renovado por no máximo igual período.

29.2 Mudanças nas taxas de depreciação - Resolução Normativa Aneel nº 474/2012

Em 07.02.2012, a Aneel aprovou a Resolução Normativa nº 474 que estabelece a alteração das taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico. De acordo com essa resolução, as alterações nas taxas têm vigência a partir de 1º.01.2012. A Administração da Companhia está avaliando os impactos destas alterações e seus efeitos passarão a ser registrados prospectivamente a partir de 1º.01.2012.



COPEL Copel Geração e Transmissão



Em atendimento à Resolução Normativa 396 de 23.02.2010 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarão disponíveis no site da Copel a partir de 18.04.2012 e as Demonstrações Financeiras Regulatórias, a partir de 30.04.2012.



COPEL Copel Geração e Transmissão



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da
Copel Geração e Transmissão S.A.
Curitiba - Paraná

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das



COPEL Copel Geração e Transmissão



demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 03 de abril de 2012, que não conteve qualquer modificação.

Curitiba, 10 de abril de 2012.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-PR

José Luiz Ribeiro de Carvalho

Contador - CRC 1SP141128/O-2-S-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC 1PR048555/O-2



COPEL Copel Geração e Transmissão



**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 10 de abril de 2012

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES

Presidente

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI

JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO